



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 72ª
(SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 29 DE AGOSTO DE 2012.**

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Dr. Michel a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	2



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
6ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2011/2014

72ª S.O.

DEPUTADO (A)	PART.	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AGACIEL MAIA	PTC		X	
ARLETE SAMPAIO	PT	X		
AYLTON GOMES	PR		X	
BENEDITO DOMINGOS	PP		X	
CELINA LEÃO	PSD		X	
CHICO LEITE	PT	X		
CHICO VIGILANTE	PT	X		
CLÁUDIO ABRANTES	PPS		X	
CRISTIANO ARAÚJO	PTB		X	
DR. MICHEL	PEN	X		
ELIANA PEDROSA	PSD		X	
EVANDRO GARLA	PRB		X	
JOE VALLE	PSB		X	
LILIANE RORIZ	PSD		X	
LUZIA DE PAULA	PEN		X	X
OLAIR FRANCISCO	PTdoB		X	
PAULO RORIZ	DEM		X	
PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN		X	
ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		X	
RÔNEY NEMER	PMDB		X	
WASHINGTON MESQUITA	PSD		X	
WASNY DE ROURE	PT	X		
WELLINGTON LUIZ	PPL		X	
PATRÍCIO	PT	X		
TOTAL		06	18	

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	3

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Dá-se início aos
Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.
(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Deputado Wasny de Roure, V.Exa. quer falar hoje pela Liderança do PT? Do Governo? O Deputado Chico Vigilante apontou para V.Exa. e achei que V.Exa. ia falar pelo PT hoje. V.Exa. é Líder do Governo, V.Exa. é quem manda. O que V.Exa. falar a gente acata.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós queremos agradecer esta oportunidade e queremos aqui chamar a atenção dos colegas Parlamentares acerca de dois projetos de lei que estão nos preocupando enormemente.

O primeiro deles diz respeito ao consórcio para haver uma política de tratamento dos resíduos sólidos do Distrito Federal e do Entorno, e a aprovação deste projeto se reveste de uma particularidade enorme, que é conseguirmos o tempo hábil de inclusão no Orçamento dos municípios limdeiros ao Distrito Federal, para que tenhamos condições de viabilizar esta lei. Espero que, em breve, possamos tê-la, porque é da maior importância que Brasília tenha essa propositura apreciada e aprovada nesta Casa, dando uma política de tratamento aos resíduos sólidos naquilo que faz interface com os municípios limdeiros do Distrito Federal.

Portanto, esta Casa tem compromisso com a questão ambiental. Ela tem compromisso com o tratamento do lixo e com a qualidade de vida de Brasília, que não pode considerar o Entorno como depósito de lixo, ou muito menos como depósito do esgoto ou água usada, enfim, águas poluídas.

É da maior relevância que tenhamos uma cultura de consórcio entre o Distrito Federal e o Entorno. Para isso, este projeto do GDF em muito vai viabilizar esse encaminhamento. A matéria hoje teve a sua aprovação na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, da qual o Deputado Roney Nemer foi o Relator da matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	4

Portanto, espero, Deputado Chico Vigilante, que possamos ter a apreciação, o mais breve possível, na Comissão de Constituição e Justiça, para que este Plenário possa apreciar o quanto antes esta matéria.

A segunda questão, Sr. Presidente, é em relação ao Projeto de Lei nº 1.087, que veio para esta Casa, infelizmente, muito em cima da hora, Deputado Paulo Roriz, porque o governo o protocolou no dia de ontem. É um projeto que trata do custeio de pessoal, dos aposentados, em face da dificuldade que o governo encontrou recentemente no tratamento junto à Secretária do Tesouro Nacional.

O Governo do Distrito Federal não pode deixar a folha de salários descoberta. Faço um apelo na tarde de hoje aos colegas Parlamentares para que possamos apreciar o Projeto de Lei nº 1.087 e, assim, estejamos em condições de entrar no sistema orçamentário e tornar este um projeto de lei a ser executado do ponto de vista orçamentário e financeiro.

São essas as considerações que quero deixar aqui, Sr. Presidente. Quero aqui registrar duas coisas: a primeira delas é o meu agradecimento aos 15 Deputados que puderam estar aqui na tarde de ontem para apreciarmos várias matérias. Ontem, tivemos matérias sensíveis politicamente, mas a Câmara pôde dar uma resposta concreta, como na questão dos becos de Ceilândia, dando um prenúncio na solução da matéria dos becos do Gama, de Brazlândia e de outras áreas, como também as matérias pertinentes às quadras, à cobertura das quadras de esportes, sobretudo.

Senhor Presidente, a segunda consideração que quero fazer é dar os meus cumprimentos ao Deputado Siqueira Campos. Ontem, o Deputado Siqueira Campos fez uma manifestação no plenário. Concluindo, quero fazer aqui uma autocrítica e pedir ao colega desculpas porque foi um período de convívio com ele, período, inclusive, Deputado Paulo Roriz, em que tivemos oportunidade de desfrutar de momentos de convívio na casa dele num almoço.

Portanto, quero registrar a perda do convívio com o Deputado Siqueira Campos, numa relação de parceria absolutamente serena, sensata, e quero registrar os meus agradecimentos aos inúmeros pleitos e pedidos de compreensão que tive desse colega Parlamentar. Lamento profundamente a saída dele. Espero termos outras oportunidades de conviver com o Deputado Siqueira Campos, e quero, ao mesmo tempo, registrar aqui ao Deputado Wellington Luiz, que está retornando a esta Casa, o meu mais absoluto apoio.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Deputado Wasny de Roure, é importante que possamos votar hoje o Projeto de Lei nº 1.071, uma suplementação para vários órgãos do governo, principalmente de custeio.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	5

Também estou propondo que nos reunamos e que a Presidência possa oportunamente suspender a sessão por uns dez minutos só para fazermos uma reunião da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que não foi feita hoje extraordinariamente, Deputado Dr. Michel, para que a gente não atropele outras comissões em funcionamento da Casa, e vote o Projeto de Lei nº 1.087, que é um projeto de lei de crédito para pessoal. Portanto, se votássemos hoje o Projeto de Lei nº 1.087, ele poderia, junto com o Projeto de Lei nº 1.071, ser apreciado, discutido e votado hoje ainda aqui no plenário, facilitando a vida dos colegas servidores do GDF.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Agradeço o aparte do Deputado Agaciel Maia.

Eu não esperaria outra resposta de V.Exa., não só porque é Presidente da nossa Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, mas pela sua história de compromisso com o servidor público, não apenas de Brasília, já que tem uma trajetória em instituição federal notoriamente reconhecida, no Senado Federal. V.Exa. vem demonstrando por n experiências o seu compromisso com o servidor público. Portanto, Deputado Agaciel Maia, quero registrar meus cumprimentos.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Wasny de Roure, nosso Líder, quero agradecer a generosidade de suas palavras. Na verdade, seria até uma questão de ordem para a própria Mesa, porque nós temos diversas emendas de Parlamentares que, a princípio, seriam apresentadas em plenário. A minha opinião é que os Parlamentares devem ser orientados para que essas emendas sejam apresentadas agora na reunião da comissão, porque assim a gente também pode dar mais celeridade ao processo de discussão e votação quando o projeto vier ao plenário.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Deputado Cláudio Abrantes, no que diz respeito ao projeto que nós normalmente chamamos de boi de piranha, é um projeto acolhedor, Deputada Arlete Sampaio. Desculpem-me por essa maneira chula de expressar, mas é de uma maneira carinhosa, no sentido de que haja um projeto acolhedor de emendas dos Deputados do ponto de vista do remanejamento orçamentário. Já há um projeto protocolado na Casa. O Deputado Agaciel Maia oportunamente iria colocá-lo em apreciação. Agora, quanto a esse projeto, eu pediria aos colegas que o mantivéssemos na originalidade porque é um projeto voltado exclusivamente para custeio de pessoal. O outro projeto, se não me falha a memória, é o Projeto nº 1.071, para o qual pode ser também que já haja emendas de Parlamentares. Mas já foi dada a entrada... Há um projeto da ordem de 690 mil reais que também deverá servir de acolhimento aos remanejamentos orçamentários dos Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	6

Sr. Presidente, são essas as considerações. Agradeço e peço desculpas pelo excesso de tempo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel, pelo PEN.

DEPUTADO DR. MICHEL (PEN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, boa tarde aos pares, boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde a todos que estão presentes. Venho aqui a esta tribuna hoje para falar de um tema que aflige a todos os brasilienses e que me aflige muito como delegado de polícia aposentado. Trata-se da questão, que aflige V.Exa. também, tenho certeza, da segurança pública no Distrito Federal. Fico muito preocupado quando vejo nossa Brasília pedindo auxílio à Força Nacional. Vejam a que ponto estamos chegando no Distrito Federal. Estou temeroso com essa situação, porque Brasília teve ou tem as melhores polícias do Brasil e hoje chega ao ponto de chamar a Força Nacional para poder dar segurança ao Distrito Federal. Não sei o que está acontecendo, Sr. Presidente, porque temos uma Polícia Civil que é excelência para o Brasil, temos uma Polícia Militar que é excelência para o Brasil. Tudo o que se pode ter de melhor em matéria de armamento, em matéria de viatura, em matéria de pessoal, em matéria de número de pessoal, temos aqui, e estamos chegando agora a ponto de pedir reforço para a Força Nacional. E o comandante da PM vai a público dizer que não sabia que foi chamada a Força Nacional para dar apoio. Está havendo algum descontrole, algum desencontro nessa situação. Eu queria saber também porque o Secretário de Segurança não deve ter pedido isso. Não estou entendendo. Está havendo intervenção federal aqui? O que está acontecendo? Acho que precisamos tomar pé da segurança aqui no Distrito Federal. O que está acontecendo com a segurança no Distrito Federal? Venho da Segurança, fiquei 28 anos e 6 meses como policial. Nunca houve a necessidade de chamar a Força Nacional, e agora Brasília está precisando do apoio da Força Nacional. Então o senhor, que foi...

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Dr. Michel, V.Exa. me concede um aparte?

DEPUTADO DR. MICHEL – Faço questão porque V.Exa. é Presidente desta Casa e é oriundo da Polícia Militar, é quase da mesma época que eu e sabe do que estou falando. Nós ficamos 28 anos e nunca se precisou disso aqui no Distrito Federal, apesar de, na Polícia Civil, o último concurso para aumento de efetivo ter sido realizado em 1993. Sem falar dos salários, porque quem faz a cama deita na fama ou quem tem a fama deita na cama, qualquer coisa nesse nível. Dizem que policial em Brasília ganha bem, mas se esquecem de que, em Brasília, o custo de vida é um dos mais altos, o mais alto que nós temos no Brasil, o mais alto! Então, não há que se falar que polícia aqui ganha essas maravilhas também. Hoje a Polícia



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	7

Federal está de greve, a Polícia Civil está de greve, a Polícia Militar está em uma situação também de penúria em questão de salário. As pessoas fazem comparação do salário da Polícia Militar com os outros salários. Nós não temos que nivelar por baixo, não. Não se nivela por baixo. O problema é que muitas vezes querem nivelar por baixo. Não se nivela por baixo. Se há que se nivelar, que se nivele, então, por cima. Para que nivelar por baixo? Ah, mas o soldado lá ganha tanto! Meu Deus, o que está errado não é aqui ganhar; é lá ganhar pouco. Lá tem que se ganhar o nível de cá e subir o nível daqui. Não é lá que está certo, não! Lá está erradíssimo. Aqui se está ganhando pouco. Vai colocar a vida em jogo, vai colocar. O senhor imagina o que são as madrugadas? E outra coisa, doutor, que as pessoas não falam: na veia do policial corre sangue. Aí, quando o policial perde a estribeira e faz qualquer besteirinha por menor que seja, ele é torturador, vai para rua e tem de ser demitido. Ele não tem estabilidade não! Policial não tem estabilidade não! Por qualquer coisa vai para rua. Ele não tem porte de arma também não! Para que porte de arma para a polícia? Polícia tem de andar com florzinha, agora, Chico. A coisa está feia para o lado do policial. E, aí, é necessário chamar a Força Nacional, e nós que somos cidadãos de bem estamos virando presos em potencial. Estamos virando presos em potencial. Há vinte anos, eu dizia que eu ainda era um jovem policial. Hoje, sou um novo aposentado, para não dizer um velho policial. Sou um jovem aposentado. Naquela época, eu dizia que chegaria o tempo em que nós, cidadãos de bem, seríamos presos em potencial. Esse dia chegou! Não há um de nós aqui que não esteja hoje coagido e preso dentro de nossas casas, sem poder sair. Nós que já temos filhos na idade de estar saindo e passeando estamos preocupados com eles na rua. Por quê? Por causa da situação em que estamos.

E a segurança está aí! Porque isso, Deputado, Presidente desta Casa, é uma intervenção federal. Podem ter certeza. Está havendo uma intervenção federal na segurança pública aqui no Distrito Federal. Porque eu garanto para o senhor que se nós tivéssemos o aumento de efetivo na Polícia Civil, o aumento de efetivo na Polícia Militar, no Corpo de Bombeiros, se a Polícia Civil tivesse ganhando o que é condizente a ela, se a Polícia Militar tivesse ganhando o que é condizente a ela, se o Corpo de Bombeiros tivesse ganhando o que é condizente a ele, eu duvido que precisássemos da Força Nacional! Duvido. Duvideodó, que é o que minha mãe dizia. Se hoje está assim é por causa da situação. E não adianta falar não! As leis também são muito brandas. E espero, Deputado Chico Vigilante, assim que o senhor for Deputado federal, ou o Deputado Patrício, ou o Deputado Agaciel Maia, ou quem quiser ser Deputado federal, que façam leis mais rígidas. O senhor também vai ser Senador, Deputado Chico Leite. Façam leis mais rígidas. Façam leis mais rígidas, pelo menos para o cumprimento da lei. Não, eu sei disto: o senhor é um homem humilde. Se o senhor tivesse saído candidato a Senador nessas eleições, com certeza, o senhor teria ganhado, porque com a votação estupenda que o senhor teve daria para o senhor ser Senador brincando e com o pé nas costas. Então, o senhor que é um homem da lei... Com certeza, o meu apoio é incondicional nas próximas eleições,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	8

o senhor também pode ter certeza. Nem que seja para o Tribunal de Contas eu voto no senhor. Pode ter certeza.

Mas, o que eu quero que o senhor saiba é que nós estamos falando aqui é de segurança pública. E na questão de segurança pública, Brasília não pode deixar acontecer o que está acontecendo hoje, porque isso saiu até nas reportagens em nível nacional. Se Brasília está assim, façam ideia de como o resto está !

Então, nós aqui, nesta Câmara Legislativa, hoje, temos de tomar uma providência. Temos de tomar uma providência urgente para que isso não seja levado à frente. Porque se assim o for, estaremos fadados a falir, visto que isso é uma intervenção. É uma intervenção, Deputado Agaciel Maia. A Força Nacional dentro do Distrito Federal significa dizer que as nossas polícias não estão dando conta da criminalidade aqui dentro, e nós temos a melhor Polícia Civil, a melhor Polícia Militar e o melhor Corpo de Bombeiros que se pode ter em nível de Brasil.

Então, eu quero aqui rechaçar essa entrada da Força Nacional no Distrito Federal.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. MICHEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, quero parabenizar V.Exa. pelo discurso, pela minha promoção, pela do Deputado Chico Leite, pela do Deputado Wasny de Roure, pela do Deputado Chico Vigilante e pela do Deputado Patrício também, porque V.Exa. promoveu todos nós a Deputados Federais e a Senador. O que parece estranho, Deputado Dr. Michel, é que algumas coisas pequenas que poderiam melhorar a situação da segurança pública em Brasília não são feitas. Por exemplo, eu lamento o nosso Presidente ter saído, porque é um verdadeiro representante da Polícia Militar. Eu fico muito a cavaleiro porque tenho familiares que são policiais militares, policiais civis e policiais federais. Eu, mesmo sendo candidato a Deputado Distrital, pessoas da minha família, muito próximas a mim, dizem o seguinte: “polícia vota em polícia”. Então, qualquer um de nós que não é policial, nem... Pode fazer o discurso mais bonito, pode se esforçar o máximo que puder que não terá voto de policial, nem militar, nem civil.

Portanto, a minha interferência ou os meus pronunciamentos no que se refere à segurança pública não vão com nenhuma conotação. Mas eu queria dar uma sugestão ao Presidente Deputado Patrício. Por exemplo, no ano passado, a Câmara fez uma economia de 100 milhões. Nós devolvemos para o GDF. Poderia ter condicionado, ele como um verdadeiro representante da Polícia Militar... Hoje essa antecipação 150 reais para a Polícia Militar representa 2 milhões e meio por mês. Se forem somados esses dez meses, dá uns 25 milhões, dá uns 34 milhões. Então, o que eu quero sugerir, Presidente Patrício, é que essa gratificação, que vai até 2014, de 150 reais da Polícia Militar – com certeza, pela austeridade que V.Exa. tem imprimido aqui nos gastos da Câmara... – seja devolvida, a exemplo do que fez no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	9

ano passado, em torno de 100 milhões de reais, para o Governo do Distrito Federal, condicionada à antecipação do pagamento dessas gratificações. É uma sugestão que eu quero fazer ao Deputado Patrício a esse respeito.

A segunda coisa que quero dizer é o seguinte: o que parece estranho para Brasília é o desejo de todos os Estados. Por exemplo, no Rio Grande do Norte, o maior sonho da Governadora é conseguir que a Força Nacional vá para lá. O que acontece na maioria das vezes aqui em Brasília... Eu não entro no mérito se essa interferência veio por cima, se foi em nível de Secretário, se o Comandante da polícia não foi consultado, porque eu acho isso tudo um equívoco. Eu acho que trazer a Força Nacional para fazer barreira, para não entrar droga em Brasília e não sair carro roubado é uma coisa boa para a população, pelo menos na minha leitura. O que acontece, V.Exa. acaba de falar com muita propriedade, é que, desde 1993, ninguém questiona, nem mesmo esses comentaristas que não sabem nada de polícia. Nem eles questionam a qualidade, o profissionalismo, a eficiência que tem a Polícia Civil e a Polícia Militar de Brasília. São as melhores do Brasil. O problema é a quantidade, Deputado Dr. Michel. Como V.Exa. diz, em 1993, o último concurso para aumentar quantitativo... Hoje, nós estamos com 2 milhões e meio de habitantes em Brasília e 1 milhão e meio no Entorno. São 4 milhões. Nós só perdemos para o Rio e para São Paulo. Nós estamos com um quadro de pessoal da Polícia Civil de 1993 – são 19 anos –, quando na realidade deveríamos ter a metade da população.

Então, o problema não é a qualidade, é a quantidade. Também acho que V.Exa. tem razão. Os profissionais da área que não são consultados para uma situação dessas podem se sentir ofendidos. Mas, como população de Brasília, dizer que a Força Nacional vem para fazer um papel mais ou menos de Polícia Rodoviária Federal, que é fazer barreira nas entradas de Brasília... Não sei carro roubado, não entra droga, e isso é bom para a população. Portanto, o que sugiro é que muitas das questões, sejam dos bombeiros, sejam da Polícia Militar, sejam da Polícia Civil – e aí estou falando não como policial, porque não conheço nada da atividade, não tenho o mínimo do conhecimento que V.Exa., o Deputado Cláudio Abrantes, o Deputado Aylton Gomes, o Presidente Patrício têm; falo como especialista em orçamento, pois dessa praia eu posso falar, como economista de formação e como especialista em orçamento –, têm algumas soluções desses impasses que temos aí. Se o governo tiver vontade, há solução orçamentária para resolver esse problema. Seja ir para dentro do Congresso defender uma mensagem do governo para a Casa Civil, para a Presidenta, que pode enviar ao Congresso um aumento da dotação orçamentária que permita um concurso público para elevar, sei lá, em trinta os delegados da Polícia Civil ou em 2 mil ou 3 mil os policiais civis. Existe solução, e estamos dando uma demonstração disso quando quisemos fazer um estádio de 1 bilhão de reais, o mais rápido do Brasil. O primeiro estádio a ficar pronto para a Copa do Mundo não será o de São Paulo, nem o Maracanã no Rio de Janeiro, será o de Brasília, o que atesta que o governo tem competência quando tem vontade de fazer. O que eu coloco em pauta é exatamente isto: tem de haver a decisão e a vontade política de fazer. A



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	10

ação tem de sair do papel, Deputado Dr. Michel. Senão, ela virará ilusão. Não é a Força Nacional que resolverá o problema de Brasília, pois sabemos que isso é eventual, assim como esse surto de sequestros relâmpagos. Para resolver o problema de Brasília é necessário o aumento de quantitativo, seja de policial militar, seja de policial civil. E se houver vontade política, se faz isso.

DEPUTADO DR. MICHEL – Concordo com V.Exa., mas, quando eu digo sobre haver a barreira ou não, não se trata da questão da barreira em si, tudo o que é de segurança é bem-vindo. O problema é a forma como se fala da questão da Força Nacional, pois parece que a Polícia Civil e a Polícia Militar do Distrito Federal não estão dando conta da criminalidade. Parece que há uma intervenção, porque a Polícia Civil e a Polícia Militar do Distrito Federal não estão dando conta da criminalidade, e essa não é a verdade. O problema é que estão sucateando-as, estão acabando com as duas polícias; e para falarem que elas não estão dando conta, estão trazendo uma Força Nacional para fazer uma intervenção branca aqui dentro. É essa a nossa indignação. E todos sabemos que temos uma Polícia Civil competentíssima, que está sendo, muitas vezes, massacrada, e uma Polícia Militar que é do nível até de polícias de Primeiro Mundo. Mesmo sendo um país de Terceiro Mundo, temos hoje no Distrito Federal uma Polícia Militar competentíssima, que está sendo também massacrada.

Então, acho que temos de fazer diferente, porque fazer um discurso que se deve colocar barreira e não sei o que... Por que não fazer um discurso, não dizendo que a Força Nacional está vindo para o Distrito Federal, mas falando que ela ficará no Entorno fazendo barreira? Não. Jogam para a mídia que ela está vindo para dentro do Distrito Federal com a finalidade de descredenciar a Polícia Militar e a Polícia Civil do Distrito Federal. Isso não se pode fazer. Não se pode desacreditar uma força de segurança igual a que temos aqui hoje. É isso o que estamos criticando aqui dentro. Já que a Força Nacional fará o papel de criar barreiras entre o Entorno e Distrito Federal, que se fale então o que irá acontecer. Não falar que virá para dentro do Distrito Federal, pois isso traz um descrédito muito grande para a Polícia Civil e para a Polícia Militar, que não o merecem. O que está acontecendo hoje com a Polícia Civil e a Polícia Militar é um achatamento, inclusive na quantidade de policiais. Hoje, temos o mesmo quadro de 1993, porque os concursos que estão ocorrendo não aumentam o efetivo, mas apenas o repõem. V.Exa. falou muito bem. Hoje, há 4 milhões de habitantes para o mesmo número de policiais que havia em 1993. Não houve aumento do quadro efetivo. Não estou dizendo que isso seja culpa do governo local, até porque a Polícia Civil e a Polícia Militar são mantidas e organizadas pela área federal. Temos de rever isso. Temos de lutar para que tenhamos condições. Há um Fundo Constitucional? Então, devemos pegá-lo e fazer valer. E ainda há pessoas que querem retirar do Fundo Constitucional para dar ao Entorno. Vamos parar de brincadeira! Vamos parar de brincadeira! É essa que é a minha indignação.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	11

DEPUTADO DR. MICHEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputado Dr. Michel, eu quero saudar o seu discurso nesta tarde, a sua preocupação. Eu quero dizer que comungo dela. Não é à toa que estamos no mesmo lado da segurança pública. Quero iniciar este aparte também manifestando aqui a minha confiança no Secretário de Segurança, Sandro Avelar. Quero manifestar que eu confio em S.Exa. na condução da segurança pública, mas também quero dizer que existem ações que, a nosso ver, não contribuem de forma alguma para a melhoria da segurança pública do Distrito Federal. V.Exa. já elencou várias. Eu acredito piamente que pode haver várias boas intenções, mas temos que analisar a segurança pública como um todo. A secretaria deve observar que vimos num processo nestes últimos dois anos. V.Exa. passou por isso. Eu passei por isso, como também o Deputado Patrício, o Deputado Aylton Gomes, o Deputado Wellington Luiz, que não está na Casa, mas deve estar retornando. As forças de segurança pública estão em uma situação, já há algum tempo, de alerta pela situação em que vivem as corporações. Nós passamos por uma greve da Polícia Civil no ano passado. Inclusive V.Exa., em um carro de som, passou por constrangimentos. E eu tenho de defender a sua postura sempre em defesa da Polícia Civil. Houve um acordo, e agora temos uma Polícia Civil novamente em greve. Então, a questão da Força Nacional deve ser discutida, deve ser debatida, mas não podemos, em hipótese nenhuma, achar que esse é o grande problema. É um problema? É, mas o grande problema está na insatisfação das tropas, o grande problema está nos acordos que não foram cumpridos. O Governo Federal também tem graves problemas com a segurança pública, haja vista que a Polícia Federal não aceitou a proposta do Ministério do Planejamento de pegar ou largar. Eu achei uma atitude corajosa bater o pé, dizer “não aceitamos” e continuar em greve. O Governo Federal tem problemas também com a segurança. Não caberia a ele vir fazer essa ingerência aqui.

A Polícia Civil está em greve. V.Exa. sabe disso. Nós temos acordos que não foram cumpridos, em que pese a boa vontade do Governador Agnelo – temos de relatar isso aqui – no envio da mensagem, nos pedidos feitos, mas a coisa não anda. E a polícia não vai ficar na boa vontade. A Polícia Civil não vai ficar apenas na boa vontade. Nós estamos há seis anos praticamente sem reajuste, porque o último que houve ainda foi escalonado. Nós temos uma Polícia Civil, como já foi salientado aqui, com o mesmo efetivo de 1996. Em 1993, houve o concurso, Deputado. Eu entrei em 1996. Eu fui da última turma. O concurso foi em 1993, e os últimos tomaram posse em 1996. O efetivo se configurou em 1996, mas o concurso é de 1993. V.Exa. tem razão, mas não é essa a discussão. Temos um efetivo defasado. Temos uma polícia em que faltam investimentos. Lembro aqui que, no ano passado, o Instituto de Criminalística pegou fogo. Não foi um incêndio criminoso, não. O Deputado Wasny de Roure esteve lá. V.Exa. esteve lá. Vários Deputados estiveram lá para acompanhar. O Deputado Chico Leite esteve lá. Foi um incêndio por precariedade



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	12

das instalações. Nós temos diversas delegacias no Distrito Federal que estão em situação de penúria com relação às instalações.

Não pode, Deputado Dr. Michel, um acordo não ser cumprido. Se foi feito um acordo, esse acordo tem de ser cumprido. Nós estávamos na Mesa quando o nosso saudoso Duvanier fez um acordo. V.Exa. estava aqui. Neste ano, seria feito um estudo para implantação da reestruturação da carreira. V.Exa. e eu estávamos na Mesa. Infelizmente ele se foi, mas não é por isso que esse acordo não pode ser cumprido.

Na conjuntura nacional hoje, os jornalistas falam do Fundo Constitucional. É outro debate que temos de encarar: a gestão desse Fundo Constitucional. O Fundo Constitucional é do Distrito Federal ou o Governo Federal dá uma mesada para o Distrito Federal quando acha por bem? Então, o Distrito Federal precisa ter também autonomia nesse sentido. Não dá para continuar assim. Não dá para continuar, numa tropa da Polícia Militar – e aí o Deputado Patrício, nosso Presidente, sabe muito bem disso –, policial militar com 20, 30 anos de serviço sendo humilhado por comandante de quartel. Não pode! O militarismo não implica humilhar o praça. O Deputado Aylton Gomes, que é do Corpo de Bombeiros, sabe muito bem disso. Não pode comandante de quartel ficar perseguindo policial militar, perseguindo bombeiro, porque a hierarquia militar permite isso. Eu nunca fui militar, mas o Deputado Aylton Gomes não me deixa mentir nesse sentido. E nós temos muitos quartéis onde há muito comandante perseguindo policial militar. No momento oportuno, vamos falar disso na tribuna, mas há uma série de problemas na segurança pública, dentro das tropas, que são muito maiores, na minha opinião, do que a questão da Força Nacional, que talvez tenha sido uma gota d'água para disparar esse debate que V.Exa. traz a esta Casa nesta tarde.

Eu concordo com V.Exa., com todas as suas exclamações, com todas as suas ressalvas a esse procedimento, mas quero salientar que há outro debate na segurança pública que não pode ser deixado de lado porque a Força Nacional veio para Brasília, que é a questão do tratamento que os policiais recebem hoje e também a questão dos acordos não cumpridos. Então, nós temos que trabalhar nesse sentido, porque a Força Nacional pode sofrer pressão e ir embora ou ficar só no Entorno, nas barreiras, que é a informação que nós temos. Mas concordo com V.Exa. que não é este o caminho. Agora, os acordos não cumpridos e o tratamento que recebe o policial hoje nos comandos é algo grave que precisa ser visto e esta Casa precisa apurar.

DEPUTADO DR. MICHEL – Agradeço o aparte de V.Exa.

Concordo com V.Exa., mas, quando falo da Força Nacional, é sobre a forma como foi colocada a vinda dela para Brasília, que desmoraliza os policiais que temos aqui dentro. Fica parecendo que os nossos policiais, que têm uma função primordial para a segurança, não estão dando conta de fazer a segurança do Distrito Federal. Aí



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	13

é que está o problema. Nós aqui sabemos que ela vai ficar no Entorno, mas, da forma como foi colocada, parece que a nossa polícia é ineficiente. E não é isso que está acontecendo, ela está sendo é massacrada. É bem diferente uma coisa da outra. Não estão sendo cumpridos os acordos, como V.Exa. falou; está sendo maltratada nos quartéis; nas delegacias, não há estrutura. Numa delegacia como a 35º DP, lá em Sobradinho II, os policiais, quando há sol, queimam-se todos lá dentro; quando há chuva, há goteiras dentro. A delegacia é deste tamaninho, e só há 41 policiais para tomar conta de 200 mil habitantes. Então, é brincadeira!

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. MICHEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu acredito que é importante pontuar essa questão até porque isso aí é uma faca de dois gumes e precisa ser visto das duas formas. Primeiro, hoje, quem pôde acompanhar o DFTV... Eu, pelo menos, fiquei impressionada. Essa é a frase. Porque eu tenho o maior respeito do mundo pelo Secretário Sandro Avelar. Tenho porque todas as tratativas que a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar firmou com S.Exa. foram cumpridas, e há um respeito mútuo. No entanto, Deputado Dr. Michel, o Comandante da Polícia Militar não saber que as Forças viriam para cá mostra que falta algo na Segurança Pública do Distrito Federal, que se chama comunicação, que é o básico. Se o chefe da Polícia Militar não sabe que a Força Nacional vai vir para cá, imagine como o restante da população vai receber isso. Então, a fragilidade que hoje ficou exposta na televisão é sinal de que realmente não há comunicação. E eu vou falar: eu fiquei constrangida pelo Secretário, porque a primeira pergunta que foi feita para S.Exa. foi se realmente estava todo mundo de acordo e S.Exa. falou que estava. Logo em seguida, passou o Comandante-Geral falando que não sabia nem o que estava acontecendo. Ou seja, falta comunicação. Deputado Dr. Michel, eu entendo o discurso de V.Exa. e entendo também a preocupação da população, porque isso se reflete inclusive na representação que há nesta Casa: a partir do momento em que nós temos seis Parlamentares da área de segurança, é porque segurança é uma prioridade da população, senão nós não teríamos uma ampla representação, como temos. Só que faltam várias coisas, falta estrutura, falta muita coisa, mas falta diálogo também, porque anunciar que as Forças viriam para cá sem que o chefe da Polícia Militar, o Comandante-Geral soubesse... O que nós passamos hoje para a população foi uma sensação de insegurança, porque nós não temos uma conversa. Como é que a Força Nacional vai trabalhar em parceria, se o pessoal não está nem sabendo o que está acontecendo? Até acredito na boa vontade. A gente quer que dê certo, porque, se tudo isso que aconteceu diminuir a violência, terá valido a pena as Forças Nacionais virem. Mas eu vou dizer o sentimento que tive hoje: foi vexame. É um vexame o que aconteceu hoje na televisão, em rede pública.

DEPUTADO DR. MICHEL – Agradeço o aparte da Deputada Celina Leão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	14

Quero dizer para V.Exa. que não tenho nem palavras, até porque sou da base do governo. Mas acredito muito no Secretário de Segurança. E vou ser sincero, que não sou homem de mentira: acho que nem ele sabia que a Força de Segurança vinha, também. Acho que nem ele sabia. Não vou aqui mentir, não. Não vou aqui tapar o sol com a peneira. Acho que nem ele sabia. Acho que esse trem veio de cima pra baixo. Vamos ser muito sinceros. Acho que esse trem veio de cima para baixo. Acho também que, de Força Nacional, não estamos precisando aqui, não. Acho que estamos precisando é de cumprir acordo. A Polícia Militar e a Polícia Civil estão precisando é de receber o que é devido, bem como o Corpo de Bombeiros. Aí, sim, vamos ter uma segurança condigna. É preciso aumentar o efetivo, pagar aquilo que condiz com a Polícia Civil e com a Polícia Militar, fazer leis mais sérias. Foi por isso que até fiz uma brincadeira aqui com os meus amigos, que não deveria ter sido feita. Talvez tenha sido até de mau gosto. Mas, quando estiverem lá, façam leis mais rígidas. É disso que se está precisando. Acho que o Secretário Sandro Avelar tem muita boa vontade, tem interesse. Acho que ele não quis dizer que também não sabia, mas, pela cara que fez, acho que nem ele sabia que a Força Nacional estava entrando aqui. E acho também que muito menos o Governador Agnelo sabia. A coisa veio foi de cima para baixo. Ah, não é possível! E, se sabia, aí é que acabou de desgraçar tudo, então. Estou querendo defender o indefensável, então. Porque é inadmissível... Vão me desculpar: se todo mundo sabia – e o comandante da PM diz na televisão que não sabia –, aí é defender o indefensável. Aí não tenho mais o que defender. Aí, então, ele está errado. Estou aqui, querendo dizer que o trem veio de cima para baixo, para não dizer quem é que não sabe, porque já não sei mais quem sabe, então. O comandante da PM foi à televisão e disse que não sabia. Estou querendo aqui é passar pano quente, deixar morrer esse assunto. Vamos deixar a Força Nacional ir embora e vamos resolver o problema aqui dentro, nós mesmos, porque nós damos conta. Eu vou pedir a reversão e vou mostrar como é que se faz esse trem. É só votarem em mim na próxima eleição. Faço igual ao Newton Cruz, que falou: “Se votarem em mim para governador, resolvo o problema da criminalidade no Rio de Janeiro”. Aí ele foi ao Jô Soares: “Como é que o senhor faria para resolver?” “Não, não vou ensinar, não. Não votaram em mim, não sou o governador, não vou ensinar.” Então, há jeito para a segurança. Há jeito.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO DR. MICHEL – Claro que ele não sabia, mas eu sei, Deputado Chico Vigilante. Garanto que eu sei. A Erika é que não pode saber que eu sei, senão ela me chama nos direitos humanos. Mas eu sei.

O que eu queria dizer a V.Exas. é o seguinte: esse tema é empolgante. Agora, que a Força Nacional vem aqui dentro e desmoraliza nossas polícias, que não merecem, ela desmoraliza. A Polícia Civil e a Polícia Militar não podem ser achincalhadas desse jeito.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	15

DEPUTADO DR. MICHEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Sem revisão da oradora.) – Eu não concordo quando V.Exa. fala que isso é problema da Polícia Civil, que isso é problema da Polícia Militar. Isso é uma questão de gestão. Acho que acordos não são cumpridos. E fico mais preocupada porque hoje eu estava indo a Brazlândia e ouvi, na CBN ou no Claudio Humberto, que nem o Ministério da Justiça sabe dessa Força Nacional aqui no Distrito Federal. É uma coisa tão absurda! Acho que nunca, na história da cidade, isso havia acontecido. Vejo um despreparo tão grande, uma falta de comando tão grande, e ninguém sabe de nada! A cidade fica refém de pessoas que realmente não estão interessadas em resolver o assunto, o problema. Porque, com cem policiais, não vai dar para resolver – acho que até o Presidente concorda com isso. Não vai dar para a Força Nacional, com cem policiais que são aposentados do Corpo de Bombeiros, resolver o problema dos crimes no Distrito Federal.

Seria bom que o Governador tivesse peito, coragem de, primeiro, cumprir o que prometeu tanto à Polícia Civil, como à Polícia Militar, para deixá-las satisfeitas, estimuladas a trabalhar. O governo deveria tirar a polícia de dentro dos gabinetes – motoristas –, parar de desviá-la da sua função, colocando-a dentro dos gabinetes. Acho que estão fazendo uma bagunça danada, um desconserto total, um desacerto total, tanto com o Secretário de Segurança, quanto com o comando da Polícia Militar e da Polícia Civil. E acho que isso tem de ser feito imediatamente.

Muito obrigada.

DEPUTADO DR. MICHEL – Eu não vou concordar com V.Exa. no que tange à questão do Governador, porque ele não tem como mandar em todas as áreas. Acho que isso aí deve ter sido um acordo firmado por alguém, em algum momento, e agora vemos esse desastre, que aconteceu dessa forma.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. MICHEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Dr. Michel, primeiramente, boa tarde a todos, boa tarde à imprensa, aos nobres pares, aos companheiros que estão aqui, hoje.

Quero parabenizar V.Exa. por ter trazido o assunto à tribuna desta Casa, que é o foro certo para falar dele. É angustiante, para quem faz parte da segurança pública de Brasília, receber a notícia da forma que recebemos. Quero acreditar piamente que orientaram mal o nosso Governador, que orientaram mal até o nosso Secretário. Quero acreditar que, realmente, quem passou essa informação a passou em um momento em que não sabia o que estava fazendo, porque, com todo respeito que tenho à força-tarefa, à Força Nacional, a esses profissionais que têm um preparo qualificado – são bons profissionais –, precisamos reconhecer que cem profissionais para tratar da segurança pública de Brasília e somar-se a ela – desculpem-me – é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	16

uma brincadeira. Estamos sem saída. Não se faz barreira com menos de seis policias. Realmente, foi de uma forma muito inusitada.

Quero dizer, como bombeiro – se eu puder até falar em nome do policial civil, do policial militar –, que realmente, a essa hora, estão todos se remoendo. Há profissionais combativos, profissionais decentes, profissionais à altura no Distrito Federal. E, se falam que cem vêm resolver o problema de 15, de 20 mil pessoas, eles estão se sentindo realmente em uma situação muito ruim.

Dessa forma, quero dizer que sou contrário. Se pudermos juntar a bancada da segurança pública de Brasília e ir até o Secretário de Segurança, até o Governador, para uma conversa mais formal, para saber de onde isso partiu, de que forma podemos contribuir, até mesmo junto aos comandos, que – tenho certeza – ficaram ofendidos... Eu vi o quanto o comandante ficou ofendido nessa situação. Quero contribuir com a segurança pública de Brasília

Temos a melhor segurança, os melhores policiais, os melhores bombeiros, sem dúvida, mas não serão esses cem em barreiras na entrada do Distrito Federal que resolverão o problema. Já temos os policiais fazendo essas barreiras. Então, vamos pegar esses cem da força-tarefa e devolvê-los, ou vamos fazer um concurso para cem policiais e resolver o problema da segurança!

Acredito que não é por aí. Acho que temos de sentar, acho que todo mundo tem de reavaliar isso, temos que dar espaço para que as pessoas que conhecem de segurança deem a sua contribuição. Não tenho dúvida de que o Governador foi mal orientado. Às vezes, no afã de acertar, de querer que as coisas deem certo, toma-se uma medida que não é a mais acertada.

Costumo dizer que uma ideia só é boa quando ela dá certo. Quando se tem uma ideia e ela dá errado, ela se torna ruim. Então, tomar a decisão é que é difícil. A decisão foi tomada e nós vamos respeitar isso, mas temos que ir até lá para dizer que não são cem policiais de força-tarefa que vão resolver a segurança pública de Brasília. Realmente, temos que avançar muito mais nas discussões da valorização do nosso profissional e aí, sim, da valorização também da nossa comunidade, porque, valorizando o profissional, damos um valor a nossa sociedade, a nossa comunidade.

Deputado Dr. Michel, quero parabenizar V.Exa. por ter trazido esse assunto nesta tarde. Fiquei muito angustiado quando ouvi falar da segurança pública de Brasília da forma que falaram. Temos que tomar providências? Temos, mas não vão ser cem policias a mais que vão fazer a diferença. Se cem fizerem a diferença frente a 20 mil, aí a situação estará ruim. Aí, o trem está pegando.

Acredito que temos policiais decentes, realmente preparados e que, somando forças, vamos fazer as pessoas enxergarem isso.

Parabenizo V.Exa. por ter trazido esse discurso à Casa, que é o foro correto para tratar dessa questão. Posso dizer que todos os Deputados desta Casa estão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	17

angustiados também, porque moramos aqui, somos filhos de Brasília e queremos uma segurança pública qualificada.

Vejo, ali, o Deputado Chico Vigilante angustiado, mas, como é um combativo, S.Exa. deve estar com o coração apertado em ver tantos profissionais, muitas vezes por ele defendidos, acuados por causa de uma decisão que não foi a mais acertada. Mas tenho certeza de que ainda dá para reverter, eu tenho certeza de que dá para rever esse posicionamento. Não são cem policiais que vão resolver a segurança de Brasília, ainda há tantas atitudes que nós devemos tomar. Portanto, respeito o nosso Secretário, respeito o Comandante, respeito muito mais ainda o nosso Governador, mas orientaram mal essa tomada de decisão.

DEPUTADO DR. MICHEL – Agradeço o aparte de V.Exa., Deputado Aylton Gomes. V.Exa. foi muito feliz em sua colocação. Realmente, é esta a angústia que estamos vendo nos olhares dos policiais civis, dos policiais militares e dos bombeiros: a sociedade vislumbrar que cem policiais vão resolver o problema de 20, de 25 mil.

Talvez eu tenha me expressado de uma forma muito incisiva e tenha extravasado, mas é esse o sentimento. Realmente, precisamos conversar para tentar resolver esse problema, porque a comunidade – a família Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar – está angustiada com esta situação: a comunidade do Distrito Federal acreditar que cem policiais da Força Nacional vão substituir 20, 25 mil policiais da Força de Segurança. É essa a angústia que hoje há no coração da família Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. MICHEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Dr. Michel, naturalmente, o tema é extremamente relevante e complexo. Felizmente, temos um conjunto de Parlamentares experiente. O Deputado Chico Vigilante falará pela Liderança do Partido dos Trabalhadores externando o entendimento da nossa bancada.

Eu só quero fazer o seguinte apelo, Sr. Presidente: estou receoso da perda do *quorum* tendo em vista que nós temos algumas matérias de fundamental importância para os servidores. Eu tenho certeza de que todos nós queremos viabilizar o pagamento do salário, sobretudo o deles.

Portanto, faço um apelo aos nobres colegas desta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Dr. Michel, permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. MICHEL – Ouço o aparte de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Dr. Michel, faço questão de pedir esse aparte, porque V.Exa. é oriundo do segmento da segurança pública.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	18

Sei que os Parlamentares querem votar não só o projeto de crédito de pagamento dos servidores, mas também os demais projetos. Assim como eu também quero. Inclusive, tenho me furtado de falar em vários momentos aqui.

Esse é um tema muito importante que tem que ser refletido. Sei que o Deputado Chico Vigilante vai falar expressando a opinião da bancada, mas eu vou expressar a minha opinião aqui de ex-policia militar. Na verdade, ainda sou policia militar, porque corre nas minhas veias o sangue de policia militar, e V.Exa., Deputado Dr. Michel, sabe. O Deputado Cláudio Abrantes, o Deputado Alírio Neto, o Deputado Wellington Luiz e o Deputado Aylton Gomes sabem que, ao ingressar nas instituições policiais, na verdade, nós vestimos a pele, a nossa pele se transforma. E nós assumimos a função com risco da própria vida. Então, eu não poderia deixar de falar desse tema que é tão importante.

Os Parlamentares podem até reclamar do tempo que está sendo utilizado aqui, mas nós passamos, inclusive, mais de vinte ou trinta minutos debatendo outros temas. Talvez alguns Parlamentares não queiram discutir segurança pública, mas o que está acontecendo aqui não é só questão de segurança pública. Quero dizer isso com muita tranquilidade. Isso que houve no Distrito Federal – o envio da Força Nacional de Segurança Pública – eu sou contra. Sou contra e debati na época de sua criação no Governo do Presidente Lula. Sou contra a criação da Força Nacional de Segurança. Não é necessária a existência da Força Nacional de Segurança, para ser deslocada para qualquer unidade da Federação, quando houver qualquer tipo de problema, seja no combate à criminalidade, seja em greves de policiais civis, militares ou bombeiros, seja em greve da Polícia Federal ou da Polícia Rodoviária Federal. Sou contra a existência da Força Nacional, da sua concepção, inclusive. Foi um equívoco.

O que precisa, na verdade, é o respeito à dignidade dos policiais civis, militares e bombeiros de todo o País, de todos os operadores de segurança pública. Se, em todas as unidades da Federação, todos fossem respeitados, recebessem salários dignos e tivessem condições de trabalho, não precisaria da Força Nacional de Segurança. A Força Nacional de Segurança nada mais é do que a composição de integrantes das polícias estaduais, inclusive, do Distrito Federal, que vão fazer um curso de 45 a 50 dias lá na Academia Nacional de Polícia. Esses policiais, em cinquenta, sessenta dias, não aprendem nada mais do que aquilo que é ensinado nas academias de polícia, nos centros de formação de praças das polícias militares, das polícias civis, dos bombeiros em todo o País. É a unificação do procedimento, só isso. Nada mais. A diferença é que os policiais e bombeiros que vão para a Força Nacional de Segurança recebem salário a mais, recebem gratificação. O policial do Piauí, da Paraíba, do Maranhão, de Pernambuco, de Natal, das unidades da Federação que ganham baixos salários, quando entram na Força Nacional, se motivam, é claro, porque recebem a mesma percepção salarial do Distrito Federal. Essa é a diferença.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	19

É por isto, inclusive, que todos os policiais do DF querem ir para a Força Nacional: além do salário do DF, recebem também a gratificação da Força Nacional.

Essa é uma questão não só do DF, mas nacional. E aí entra a discussão que é profunda e que vários Parlamentares colocaram aqui muito bem. Mas essa discussão remete à aprovação da PEC nº 300, que equipara os salários de outras unidades da Federação, de todas as Forças de Segurança, ao salário do DF. Na verdade, o piso salarial, porque o teto, cada unidade da Federação vai poder dizer o seu.

Eu acompanhei, unidade por unidade da Federação, as greves das polícias, sejam quais foram, da PM, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Civil. Acompanhei e tenho em meu gabinete... porque meu mandato fez isso. Eu fui Presidente da Associação Nacional dos Praças, Policiais e Bombeiros Militares e sei da realidade de cada unidade da Federação, de cada uma delas. Hoje eu não tenho mais tempo para acompanhar em cada Estado em função do cargo de Deputado e também do cargo de Presidente desta Casa, mas não perdi as minhas origens e nem as minhas convicções, Deputado Aylton Gomes.

No ano de 2011, nós lotamos o auditório desta Casa para discutir as reivindicações dos policiais e bombeiros militares. Mais de mil policiais e bombeiros lotaram o auditório desta Casa. Nós fechamos um plano de cargos e salários porque nós sabíamos que no Congresso Nacional nós não conseguiríamos aprovar aumento salarial para a polícia do DF, seja a PM, seja o Corpo de Bombeiros, seja a Polícia Civil. Nós tivemos que aprovar um plano de cargos e salários. Essa foi a alternativa, Deputado Dr. Michel, que a Polícia Civil também encontrou, Deputado Cláudio Abrantes, de mexer na carreira, porque, quando chega ao Congresso Nacional, como nós só temos oito Deputados Federais e três Senadores, dificilmente a gente consegue aprovar. Então, prevendo o plano de carreira, a gente consegue melhorar o salário dos policiais civis e militares e dos bombeiros.

É preciso fazer o discurso político não para ganhar voto, mas o discurso de resolver o problema da segurança pública, de combater a violência. É preciso colocar o dedo na ferida. Eu e o Deputado Aylton Gomes fomos à Praça do Relógio. O Deputado Cristiano Araújo estava na reunião que nós fizemos na noite anterior à assembleia de policiais e bombeiros, em que foi acordado com o governo o pagamento da antecipação do risco de vida. Eu empenhei a minha palavra na praça, eu me desgastei com a minha base e com a minha categoria. O Deputado Aylton Gomes estava comigo. Foi um acordo com o governo, que o governo não cumpriu. O governo não pagou, não antecipou as parcelas. E aí desgastamos as lideranças que hoje têm mandato, veio o movimento de 10 mil policiais e bombeiros militares na Praça do Relógio. Foi a isso que levou. Mas tem mais por trás disso. Foi uma orquestração da Associação dos Oficiais da PM e dos Bombeiros, que não participam de movimentação em nenhuma unidade de Federação. Nem no DF fizeram manifestação, mas bancaram financeiramente para desacreditar as lideranças que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	20

hoje têm mandato nesta Casa, para destituir o comandante da PM, que era o Coronel Gouveia, com apoio, inclusive, de Parlamentares desta Casa e do Congresso Nacional. É bom colocar o dedo na ferida.

O que nós vivemos hoje aqui é fruto da arrogância, da prepotência, do despreparo, do desrespeito, do tratamento desumano e indigno a qualquer servidor público. É isso que resultou no envio da Força Nacional. De uma única pessoa, vamos dizer assim – porque, se nós quisermos elencar, elencamos muito mais, não é, Deputado Aylton Gomes, Deputado Dr. Michel, Deputado Cláudio Abrantes? –, do Comandante da Polícia Militar, Coronel Suamy. Qualquer Parlamentar pode sair em defesa dele aqui, que eu faço o debate olhando no olho, porque o tratamento que ele tem dado nos quartéis é desumano. Desumano! O que nós temos recebido de reclamação aqui e em todas as cidades é um equívoco na gestão pública, principalmente no Governo do Partido dos Trabalhadores. É inaceitável o que ele está fazendo. Voltando a aplicar o regulamento disciplinar, em que policiais e bombeiros militares que ganham um conselho hoje estão sendo excluídos das fileiras da corporação, em que não podem inclusive abrir as suas vozes, falar nos quartéis da Polícia Militar. É um desrespeito! É um desrespeito com essa Câmara Legislativa, com a Casa do Povo, que abriu a Semana de Segurança Pública e só não teve nessa Mesa aqui a presença do Comandante da PM, porque ele não se dá com o Presidente da Casa e não veio fazer parte da abertura da Semana de Segurança Pública. Ele estava em Sobradinho levando o *Comando Itinerante* para ouvir as reclamações da sociedade. Por isso não veio se sentar aqui. Ele não quis falar abertamente, eu estou falando aqui. É porque ele não se dá com o Presidente desta Casa, como ele achou que eu não iria à inauguração do 9º BPM. Ele não tem nada a ver com a reforma e a construção do 9º BPM no Gama, porque foi fruto da luta, Deputado Aylton Gomes, no ano de 2007, quando nós tiramos, arrancamos, com a categoria na praça, o plano de construção dos quartéis da PM e dos Bombeiros. Porque hoje a PM e os bombeiros têm. A PM já fez mais de dez quartéis e o Corpo de Bombeiros, hoje, faz nove com recursos do Fundo Nacional. Projeto aprovado, inclusive, com a assinatura de soldados, que não podiam assinar. Eram engenheiros e arquitetos formados, e não podiam assinar. Só poderiam se fossem oficiais. E nós conseguimos, no acordo com o governo, que eles assinassem os projetos. Hoje, a Polícia e o Corpo de Bombeiros fazem a reforma e a construção desses quartéis.

Então, isso é fruto da arrogância e da prepotência. Porque a necessidade é que faz o homem se manifestar. Não são as leis, os regulamentos. Porque nós fizemos isso indo à praça e sendo presos e expulsos das polícias. Dos 131 dias em que eu fiquei preso na Papuda, não me arrependo. E é isso o que não me faz fugir das minhas origens. O que ele faz hoje é isso: perseguir nos quartéis policiais e dos bombeiros; abrir inquérito policial militar para quem faz movimento ou para quem reivindica melhoria de trabalho, Deputado Dr. Michel; colocar os comandantes das unidades para perseguir os policiais, os praças; ir aos quartéis dizer que vai mudar as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	21

escalas para 12 por 36 e para 24 por 48, diferente das escalas que nós conquistamos com a nossa luta. É isso o que ele faz hoje.

Ele foi tão prepotente, ao ponto de, Deputado Dr. Michel – depois de um debate nesta Casa, quando eu disse que era um equívoco a mudança de uniforme e das plotagens das viaturas, mais de 10 milhões de reais, de uma tropa, de uma categoria desmotivada, há mais de cinco anos sem reajuste salarial, com os policiais ganhando somente o reajuste quando têm promoções, desmotivados –, ele vir dizer e obrigar os policiais a comprar uniforme.

O Governador, em uma conversa, disse que não iria baixar o decreto, e não o fez. E o Comandante foi lá e baixou uma portaria pelo Comando Geral, o que é uma ilegalidade. Assim que sair o pagamento no dia 5 de setembro, eu mesmo vou acioná-lo no Ministério Público e no Tribunal de Contas, para responder por improbidade administrativa, porque ele não tem esse poder. Eu vou esperar o ato consumado. A folha já fechou. Então, ele não tem como voltar atrás, mas, com o ato consumado, ele vai responder pelo que está fazendo.

É bom dar corda para aqueles que querem se enforcar. E ele, na sua prepotência e na sua arrogância, saiu aos quatro ventos dizendo – inclusive no dia em que nós fomos à inauguração do 9º Batalhão, achando que eu não iria, e fui junto com o Governador – que não aceita ingerência política no comando dele, mas ele se esquece de que no DF só há duas pessoas no Executivo que ganharam o mandato, que é o Governador e o Vice-Governador. Os secretários, administradores regionais, presidentes de estatais e qualquer servidor são nomeados pelo Governador do DF, e têm efetivação e motivação política, sim. Dizer que não há ingerência política, que não aceita, então pede para sair, como é feito nos cursos de operações especiais do COE.

A sua arrogância e prepotência é que fizeram o Governo Federal encaminhar 130 policiais da Força Nacional para o DF. É bom dizer aqui que nós temos postos da Companhia de Polícia Rodoviária, CPRV, em todas as saídas do Distrito Federal. Deputado Dr. Michel, V.Exa. pode dizer, inclusive, qual é a cidade que não tem, em nossas rodovias, posto da CPRV para combater entrada e saída de drogas e de carros roubados.? Além de a CPRV, que é da Polícia Militar, ser equipada e estruturada com viaturas de Primeiro Mundo, com os policiais mais bem pagos e mais preparados do País, com curso superior, inclusive.

É bom dizer que, além da CPRV, há também a Polícia Rodoviária Federal. Então, não há necessidade de trazer a Força Nacional. O discurso de se colocar 130 homens é discurso para justificar o envio de 130 homens, é só discurso. Porque 130 divididos na escala da Força Nacional vão dar quinze homens por posto. Quinze policiais por posto. Se quinze policiais vão resolver o problema da segurança no DF, Deputado Dr. Michel, então, era melhor que a gente abrisse concurso e contratasse; ou, então, seria melhor que, como hoje é permitido para resolver o problema, nós



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	22

levássemos duzentos inativos para dentro dos quartéis, para a atividade meio, e colocássemos duzentos na atividade fim. É muito simples. O nosso problema é gestão, é desmotivação. Os policiais militares estão desmotivados. Desmotivados! Desrespeitados! E aí, eles, por mais que peçam, estão realmente fazendo vista grossa em muita coisa. É aquele velho ditado: “Eu finjo que pago e ele finje que trabalha”. É assim que funciona. É isso. Porque também foi dito, Deputado Dr. Michel, Deputado Aylton Gomes e Deputado Cláudio Abrantes, que no Ministério do Planejamento nós iríamos antecipar as parcelas do risco de vida a partir de agosto. Nem a reunião do Ministério do Planejamento houve, nem a reunião para que a gente pudesse tentar um acordo. Não houve! Para antecipação das parcelas.

Então, é bom deixar isso muito claro. A Força Nacional não vai resolver nada! Cento e trinta homens não vão resolver nada! Mas, daqui para frente, se diminuir o risco de violência, vão dizer que foi devido à Força Nacional. E os policiais militares, os bombeiros e os policiais civis têm de se sentir, sim, indignados. Indignados com o envio de 130 homens, porque nem no Rio de Janeiro, nem no Rio de Janeiro, com os morros do Rio de Janeiro, com a violência nos morros, com a instalação das UPPs, com a greve da PM do Rio do ano passado, nem assim a Força Nacional foi enviada ao Rio de Janeiro. Nem com a greve na Bahia, com a tomada da Assembleia Legislativa da Bahia, a Força Nacional foi encaminhada à Bahia. E aqui na Capital da República, a Força Nacional foi enviada. Cento e trinta homens foram enviados para cá.

Então, é preciso que a gente aprofunde esse debate. E muito. Se eu pudesse, Deputado Agaciel Maia, eu realmente devolveria os recursos da Câmara Legislativa rubricados para pagamento da antecipação do risco. Mas eu não posso. Não posso porque a lei federal não permite antecipação a não ser que haja um decreto da Presidenta Dilma Rousseff. É preciso haver uma reunião do governo local com o Ministério do Planejamento, uma autorização da Presidenta por decreto para que possa fazer o pagamento. E nós já fizemos um compromisso, como fizemos no ano passado, com o Secretário de Planejamento, Luis Paulo, de devolução dos recursos para a saúde, inclusive para que não falte dinheiro para o pagamento dos servidores da saúde pública do Distrito Federal. Então, nós vamos continuar cumprindo. A Câmara Legislativa vai continuar fazendo o seu dever de casa, de economia, de gestão austera, de devolver os recursos ao GDF com rubrica carimbada para a saúde, mesmo que alguns queiram criticar a compra de seis veículos ao invés de se aprofundarem realmente no debate do que traz benefício à sociedade.

Eu não conheço um jornalista, e não tenho medo desse debate, que vai fazer matéria, Deputado Dr. Michel, em qualquer região administrativa em seu veículo. Não conheço. Mas é fácil fazer matéria. Prestar um desserviço talvez seja uma obrigação no seu trabalho, mas eu, enquanto estiver como Deputado desta Casa, vou manter o meu discurso com a minha coerência e a minha prática.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	23

E vou dar mais um exemplo aqui. Eu sou Deputado Distrital, Presidente da Câmara Legislativa. Tive o meu sobrinho com o meu sobrenome internado sexta-feira no Hospital de Base para fazer uma cirurgia urgente. Eu podia ter intervindo, mas não intervim. Fui até lá fazer a internação dele. Acompanhei o procedimento e a cirurgia só foi feita no domingo. Mesmo com alguns pedindo e passando na frente dele. Para que ninguém possa vir manchar a minha história. E isso eu não vou deixar, Deputado Chico Vigilante, porque a minha história foi construída na luta dos policiais e dos bombeiros militares, não só do Distrito Federal, mas do Brasil. E eu vou continuar mantendo os meus princípios, a minha coerência e a minha dignidade, tendo o mandato ou não.

Eu vou continuar lutando pela segurança pública do DF, mas não vou fazer a demagogia de que 130 policiais da Força Nacional vão resolver o problema, porque não vão. O que precisa é se sentar à mesa e resolver a questão da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar. É isso que é preciso. E se este ano não há condições de dar reajuste, que se sentem à mesa e falem como a Presidenta Dilma, que disse não haver condições, mas já planeja para o ano que vem, porque você tem uma perspectiva, um horizonte de futuro. É isso que tem de ser dito aos profissionais, Deputado Aylton Gomes, é falar a verdade, como nós sempre fizemos. Talvez a verdade seja difícil no primeiro momento, mas, no futuro, as pessoas poderão ver que é melhor falar a verdade que um milhão de mentiras, porque a mentira vem à tona.

Então, eu preciso fazer esse desabafo porque eu não vou negar a minha história e nem a minha origem em momento algum. E estou pronto para fazer o debate sobre a Força Nacional ou sobre qualquer questão da segurança pública do Distrito Federal. Até mesmo com o Secretário de Segurança ou com o Comandante, que hoje ficou com cara de bobo na *Rede Globo* porque não sabia do envio da Força Nacional. Toda vez que vai a Força Nacional para um Estado, é preciso fazer reuniões no gabinete, porque tem um gabinete de gestão integrada – o Deputado Dr. Michel, o Deputado Cláudio Abrantes e o Deputado Aylton Gomes sabem disso –, que discute e planeja e depois é que a Força vem. Mas sem planejar, sem debater, sem discutir e saber qual a utilização, eu nunca vi na minha vida. É a primeira vez que estou vendo. É a primeira vez e eu não podia ficar calado. Mas foi o que eu disse no início da minha fala: é o pagamento pela prepotência, arrogância e pelo despreparo de alguém que é autoritário no exercício da função.

Muito obrigado, Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL – Agradeço o aparte do Deputado Patrício.

Quero me ombrear às suas palavras e dizer que resolver não vai resolver, mas que jogou a comunidade contra a Polícia Civil e a Polícia Militar, o senhor pode ter certeza de que jogou, porque a comunidade toda está dizendo que a Polícia Civil e a Polícia Militar não resolvem, mas que a Força Nacional vai resolver. Essa é a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	24

indignação que tenho e que é o sentimento de toda Polícia Militar e de toda Polícia Civil: que 130 homens vão resolver o problema de 20, 25 mil policiais.

Agradeço a fala que V.Exa. me concedeu neste momento.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Dr. Michel.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou absolutamente à vontade e tranquilo para falar sobre esse assunto, porque eu conversei com o Secretário de Segurança hoje pela manhã, por mais de uma vez. Conversei com o Secretário Chefe da Casa Civil e conversei com o Governador. Portanto, Deputado Dr. Michel, eu tenho o maior respeito por V.Exa., mas não está acontecendo intervenção nenhuma no Distrito Federal. Até porque o chefe das Forças de Segurança é o Governador do Distrito Federal, ele é o Comandante Chefe da Polícia Militar, é o Chefe da Polícia Civil e é o Chefe do Corpo de Bombeiros. Ele é o chefe. Acabou aquela história de que cada diretor da Polícia Civil se reportava direto ao Governador, o comandante da Polícia Militar se reportava direto, o comandante do Corpo de Bombeiros... Acabou. Agora se reporta ao Secretário de Segurança e o Secretário de Segurança se reporta ao Governador. É assim que funciona.

O Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em conversa com o Governador, ofereceu a colaboração da Força Nacional para fazer o patrulhamento das divisas do Distrito Federal, tendo em vista que a Polícia Rodoviária Federal está em greve. E, para cada três automóveis, Deputada Arlete Sampaio, que são roubados hoje aqui no Distrito Federal, um é praticado por bandidos do Entorno. A Força Nacional de Segurança está no Entorno. Inclusive, o Governador de Goiás acaba de assinar uma carta, um ofício, ao Ministro da Justiça pedindo a continuidade da Força Nacional no Entorno.

Hoje, o nosso querido Secretário do Planejamento, Deputado Wasny de Roure, quando era Ministro da Justiça, ofereceu ao Distrito Federal e o Distrito Federal desperdiçou, Deputado Rôney Nemer, uma coisa que seria altamente positiva que era, na hora de abrir concurso para a Polícia Militar, Deputado Dr. Michel, o Governo Federal estava disposto e ainda está, ao invés de 1 mil, oferecer 1 mil e quinhentas vagas. Essas quinhentas excedentes seriam formadas aqui no Distrito Federal, bancadas pelo Governo Federal e ficariam à disposição da Força Nacional baseada no Entorno do Distrito Federal. Proposta do Luiz Paulo Barreto, que hoje faz parte da nossa Secretaria de Planejamento. Dizer que o Governador não sabia? O Governador assinou um decreto, porque a Força Nacional só vem por decreto. O Governador assinou um decreto da utilização da Força no Entorno, da Força nas divisas para fazer o patrulhamento, porque a Polícia Rodoviária Federal não está fazendo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	25

Não vai ter intervenção lá na rodoviária. Não vão ter o patrulhamento... Infelizmente, o patrulhamento do Condomínio Sol Nascente... Acho até que a população do Condomínio Sol Nascente gostaria de ver as Forças lá dentro. Não vão estar, mas vão estar nas barreiras, na divisa do Distrito Federal com os Estados de Goiás e de Minas Gerais.

Mas é bom a gente ir se acostumando com a ideia porque a Presidenta Dilma tomou uma decisão, no meu ponto de vista, muito sensata, de nos eventos da Copa das Confederações e da Copa do Mundo, as Forças Armadas estarem nas ruas em todos os Estados-sede desses eventos. A Presidenta tomou a decisão. As Forças Armadas vão ajudar na segurança pública. Vimos recentemente o empenho, o emprego do Exército brasileiro, da Força Pacificadora lá nos morros do Rio de Janeiro. A Força Nacional de Segurança Pública hoje, neste momento, está no Entorno, está em Alagoas e está em outros Estados brasileiros onde os governadores pedem o auxílio.

Portanto, aqui no Distrito Federal não há intervenção nenhuma! É uma colaboração, e é importante que haja essa colaboração entre o Governo Federal e o Governo do Distrito Federal. É uma parceria dos governos. O Secretário de Segurança está extremamente satisfeito, até porque foi ele quem ajudou a redigir o decreto. O Governador está mais satisfeito ainda, até porque, Deputado Dr. Michel, com o empenho da Força Nacional de Segurança Pública no Distrito Federal, sob a direção do Secretário Sandro Avelar, e V.Exa. sabe disso, a criminalidade está caindo mês após mês aqui no Distrito Federal. Os dados estatísticos estão lá! A criminalidade está caindo e vai continuar caindo sob a direção do Secretário de Segurança e sob a liderança do Governador do Distrito Federal, o Governador Agnelo Queiroz. Em relação a isso, Deputado Wasny, é o que ocorreu, é o que está ocorrendo e é o que continuará ocorrendo.

Para concluir, quero neste momento também, Deputado Rôney Nemer, parabenizar o Governador Agnelo Queiroz porque eu e V.Exa. assumimos aqui nesta Casa uma batalha: a luta em prol da carreira fazendária do Distrito Federal. Nós assumimos e fomos lá como Deputados. Conseguimos que a Secretaria da Fazenda elaborasse o projeto, que não tem impacto financeiro. Ele acaba de ser protocolado pelo Secretário Willemann. Daqui a pouco V.Exa. vai determinar a leitura em regime de urgência, e tenho certeza absoluta de que a gente dá mais um passo no sentido de uma votação, de resolver a questão de uma carreira importante, a carreira dos companheiros que compõem, que não são auditores, o corpo técnico da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal.

Portanto, estamos de parabéns. Está de parabéns o Sindicato dos Fazendários.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	26

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, felicito V.Exa. Quero apenas lembrar os colegas de que também integrei o processo desde a fundação desse sindicato. Acho que é um reconhecimento da luta de várias lideranças. Parabenizo V.Exa., Deputado Rôney. Diga-se de passagem, a trajetória de V.Exa. tem sido de defesa do servidor. Hoje mesmo estava com o Secretário de Administração discutindo a questão dos servidores do Detran. É uma bela vitória, Deputado Chico Vigilante. Vi o empenho de V.Exa. e quero cumprimentá-lo por isso também. Cumprimento a Eunice e toda a equipe do sindicato que trabalharam para que isso ocorresse.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE — Inclusive, Deputado Wasny, a Eunice, a fazendária, está lá na galeria olhando para a gente, acompanhando de perto, esperando a leitura. A partir deste momento, eles se dirigirão a cada um dos gabinetes para pedir o apoio dos Deputados na aprovação desse projeto. Esse projeto, Deputado Cláudio Abrantes, é um projeto que foi trabalhado pelos servidores, com os técnicos do Governo do Distrito Federal. Portanto, é a vontade expressa das categorias com o aval e com o apoio do Governador Agnelo. Portanto, ele é muito importante.

Eu quero parabenizar a Eunice que está ali na galeria, pela liderança que teve. Sei que ela esteve com V.Exa., Deputado Patrício, em alguns momentos, na Presidência, conversando e agora ela já está ali olhando para a gente e pedindo, efetivamente, a tramitação do projeto.

Obrigado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em função do entendimento do Plenário de ontem e também após tratativas com sua pessoa, eu queria pedir a inclusão extrapauta dos projetos que foram acordados no Colégio de Líderes: o Projeto de Lei nº 964, de 2012; o Projeto de Lei nº 1.071, de 2012; o Projeto de Lei nº 1.087, de 2012, que trata de pagamento para o servidor público e o Projeto de Lei nº 808, de 2012. São esses quatro projetos que previamente foram tratados no Colégio de Líderes e a que também V.Exa., no dia de ontem, deu encaminhamento. Peço a V.Exa. a inclusão extrapauta dos referidos projetos de lei.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PEN. Sem revisão do orador.) – Eu quero aqui parabenizar o Deputado Chico Vigilante pela defesa que fez realmente da questão da Força Nacional. Mas quero falar sobre a forma como foi dito que a Força Nacional está no Distrito Federal. A Polícia Rodoviária Federal já saiu da greve. Então, acho



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	27

que já não faz mais sentido a Força Nacional ficar nas barreiras porque se a Polícia Rodoviária Federal já voltou, eu acho que a Força Nacional pode voltar de onde veio, ou seja, ficar lá no Entorno, porque o nosso Distrito Federal tem a melhor Polícia Civil e a melhor Polícia Militar. Então, se essa era a questão, ela já pode voltar de onde veio, e nós continuarmos aqui com a nossa Polícia Civil e a nossa Polícia Militar.

Quero também falar com V.Exa., com a sua proficiência, se o senhor pode ajudar a carreira de orçamento, finanças e controle interno, assim como o senhor ajudou a carreira fazendária. Eu já estou na luta há tempo e não consigo. Eu também não tenho o telefone vermelho. Se V.Exa. puder ajudar essa carreira com o seu telefone... Porque, realmente, essa é uma carreira de Estado e é uma carreira que merece! É uma carreira pela qual temos de lutar juntos. Já faz mais de anos que eu tento lutar por essa carreira e não consigo. Não, não posso falar para o senhor, não, porque o senhor é um avião e vai tomar todos os meus votos lá. Mas, como eu não tenho ciúme de... Se eu falar para o senhor, Deus me livre, o senhor vai lá, consegue e não sobra um voto para mim! Mas eu vou passar para o senhor. Trata-se da carreira, Deputado Rôney Nemer, de orçamento, finanças e controle interno. Esse pessoal está em um sofrimento danado também. É uma carreira para a qual em 2000 foi feito um acordo com o governo. É uma carreira que está sofrendo muito, e eu queria pedir a V.Exa., se o senhor puder me ajudar também.

Depois eu queria conversar com o senhor e com o Deputado. Assim como eu também pedi a ele para me ajudar a fazer um asfaltinho e uma creche lá em Sobradinho, peço que me ajude a fazer uma coisa em Sobradinho II. Eu estou na UTI política. Ajude-me a sair da UTI política, senão eu não aguento, senão eu vou morrer politicamente. Ajude-me nessa questão aí.

Muito obrigado. Era essa a minha questão de ordem.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Na verdade, primeiro, Deputado Dr. Michel, eu quero dizer que em três mandatos eu aprendi um pouco dessa experiência de ajudar as carreiras, como servidor que sou. Não há dificuldade, não. Eu até já estive com esse pessoal no Tribunal de Contas. Já estive com eles em épocas atrás. Tentei ajudá-los. Mas o maior problema deles é a divisão que existe entre eles mesmos. Primeiro, para uma categoria ser beneficiada, ela tem de ter unidade. Inclusive, eu queria parabenizar a Eunice e o grupo dela porque realmente não conseguiram... O projeto que veio não atende todas as necessidades deles. Mas, como diz aí o jargão popular, é o que havia no momento, foi o que deu.

Então, é vencendo sempre, sempre andar para frente – não é isso, Eunice? – para que a gente possa garantir ganho para servidor. É difícil servidor pedir alguma coisa e o governo dar tudo. O governo sempre negocia e dá um pouco menos; depois, a gente pede novamente. É a cantiga de grilo do servidor.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	28

Eu queria parabenizar também não só o Deputado Chico Vigilante e o Deputado Wasny de Roure, mas também todas as pessoas que estiveram envolvidas nessa luta. Há muitas pessoas que estiveram lá, como Deputados federais, a unidade, sindicatos diversos, que entenderam que não adianta ficar dividido. O maior problema é o tal do ciúme, Deputado Dr. Michel. Lembre-se da história que eu falo do ciúme. É um sindicato daqui com ciúme de outro sindicato dali. Besteira, o importante é o benefício chegar para o servidor. Assim como no caso das obras que V.Exa. sempre pede, quem leva... O importante é o benefício chegar para o servidor.

Agora, eu queria, Deputado Patrício, comentar a fala de V.Exa. sobre algo que não posso me calar. Eu tenho o maior orgulho de andar por este Brasil e dizer que a nossa Polícia, tanto a Militar quanto a Civil, é a melhor do Brasil. Mas eu não posso, jamais, concordar com o pensamento de que a polícia finge que recebe, o governo finge que paga, e a polícia fecha os olhos para as coisas que acontecem. Sei que V.Exa. conhece muito mais, mas a polícia, mesmo ganhando um salário aquém do que merece, tem trabalhado. Houve aquele movimento que eu acho errado. Não é fechando os olhos para a criminalidade que se vai conseguir melhoria, nem na Polícia Civil, nem na Polícia Militar. Não acredito que esse seja o pensamento deles. Acredito que eles querem, sim, e merecem ser respeitados. Mas eles continuam trabalhando. O problema é que não adianta só a polícia nas ruas para se combater a violência. É preciso fortalecer a família como célula principal da sociedade. É preciso gerar emprego nesta cidade, porque o desemprego gera violência. Aumentar o número de desemprego aumenta a violência. E não podemos colocar portões, uma cerca em torno do Distrito Federal, dizendo para não virem mais. Na minha casa a minha irmã mais velha veio e trouxe o meu irmão mais velho, que trouxe mais dois. E vieram depois eu e mais outro e trouxemos a minha irmã mais nova, o meu pai e a minha mãe. Várias famílias são assim e continuam assim. Vá à rodoviária e verá gente chegando com caixa, pois alguém melhorou de vida e mandou buscar a família no outro Estado; e vai continuar sendo assim. É preciso que se acorde para o investimento no Distrito Federal, para a geração de emprego. Quando o Governador Agnelo foi para lá com o Deputado Cristiano Araújo e com V.Exa., fiquei muito feliz, pois há incremento, há incentivo. Mas a grande saída, aqui, para geração de emprego é fomentar o turismo, porque temos n cardápios de turismo: lacustre no lago, que pode ser explorado; espeleologia; vários turismos. Um turista, quando vem aqui, movimenta 47 segmentos do setor produtivo. Então, sei que foi no afã de defender e concordo na defesa da categoria, pois ela tem de ser valorizada mesmo. Agora, não precisamos desmerecer o pessoal da Força Nacional, porque estão fazendo o trabalho deles. Senão, fica-se falando que um é melhor do que o outro. O mais importante é que a nossa polícia continue sendo exemplo em todo o País, como o nosso Corpo de Bombeiros é, pela sua seriedade, pelo trato das coisas. E que nunca se passe a imagem para a sociedade de que o policial está trabalhando menos porque está ganhando pouco. Não, porque o que a gente vê é que eles continuam arriscando suas vidas, a Polícia Civil da mesma sorte, todos, assim como o Corpo de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	29

Bombeiros. *Show* de bola. Ontem à noite houve um incêndio em Águas Claras e eu recebi vários torpedos às duas, três horas da manhã, pois o povo estava com medo. Os bombeiros apareceram lá – demorou um pouco, porque havia vários focos de incêndio –, e ninguém disse que não iria socorrer porque estava ganhando pouco. Ao contrário, o nosso Corpo de Bombeiros e as nossas polícias, tanto Civil quanto Militar, são da melhor qualidade. Eles querem, sim, o reajuste, querem as melhorias com que todos os 24 pares concordam. Mas nunca essa imagem de “iremos fingir que trabalhamos porque o governo finge que paga”. Na luta, mostrando o trabalho, mostrando eficiência, diminuindo o índice de criminalidade, é que se vai, efetivamente, dizer que, por isso, se merece um salário digno.

Obrigado.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou ser breve, até porque temos pontos importantes, mas esse debate sobre a segurança pública é algo que realmente não dá para eu fugir, pois seria contra a minha natureza.

Deputado Chico Vigilante, eu quero dizer, primeiramente, que estou ombreado com V.Exa. na questão levantada sobre a carreira. Agora, tenho algumas observações a fazer nesse discurso e, infelizmente, tenho um posicionamento contrário. Primeiro, a questão da Força Nacional em função das estradas da PRF. Além da questão já comentada pelo Deputado Dr. Michel de que a PRF já saiu da greve, nós teríamos, então, que enviar a Força Nacional para todos os Estados, porque a PRF é nacional. Segundo, avançando, o problema hoje está na desmotivação. E aí, Deputado Rôney Nemer, também peço licença a V.Exa., mas a Polícia Civil e a Polícia Militar continuam trabalhando bem, porque é da essência delas, mas o que queremos, e aí entendo o que fala o Deputado Patrício, Presidente desta Casa, é o grau de excelência. Essa polícia, a Polícia Civil do Distrito Federal já teve índices de solução de homicídios comparados aos das grandes polícias do mundo, como a Scotland Yard. Então, não se pode pensar somente... A nossa polícia não trabalha com o trivial, não trabalha para cumprir só a sua função. A Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros trabalham com grau de excelência. E quando se tem uma categoria desmotivada, em vários quartéis, em várias unidades da Polícia Civil, não pode. Por exemplo, volto a citar um estudo de criminalística que foi recentemente matéria do *Fantástico*. O único instituto do País que tem qualidade é o de Brasília. E você chega lá e está queimado. Não pode acontecer isso! Sobre a própria questão dessa Força – eu volto a dizer sobre a admiração e o respeito ao Secretário Sandro e a minha confiança na sua competência –, nós não podemos achar que isso vai solucionar o problema da criminalidade, do sequestro relâmpago ou do roubo de carros no Distrito Federal. É muita ingenuidade, me perdoem. Não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	30

queremos ser prepotentes ou achar que sabemos mais do que ninguém, mas não é esta a solução para a segurança pública no Distrito Federal. É um debate pesado que tem de ser feito.

Por conta disso, vou aproveitar essa questão para informar a todos os Deputados, à imprensa, que estão todos convidados – vimos que nenhum Deputado se exime do debate sobre segurança pública – para um encontro amanhã, nesta Casa, às 10h, na Sala de Comissões I, com praticamente todas as entidades – 90% delas – de representação da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal para discutir a questão da segurança pública. Não é audiência pública, porque não há espaço formal para requerimento dessa coisa. É tão urgente que eles me pediram: “Não vamos fazer audiência pública, queremos uma reunião”. Já está confirmado com o Deputado Dr. Michel, Deputado Aylton Gomes, Deputado Wellington Luiz. E todos os Deputados estão convidados para fazermos o debate lá com aquelas entidades que estão representando todo este corpo.

Então, Sr. Presidente, quero nesta questão trazer essa informação para que este debate não fique só no plenário. Temos de discutir com as entidades, porque elas estão lá na ponta, sentindo o clima com a tropa e com a corporação. Assim esta Câmara Legislativa poderá ajudar e dar uma resposta para esse grave problema que estamos vivendo.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu apenas gostaria de justificar a ausência do Deputado Benedito Domingos, já que o Líder vai encaminhar a votação. O Deputado Benedito Domingos está com infecção na garganta. Hoje, quando eu o convidei para votação, S.Exa. disse que está de atestado médico por conta de uma infecção na garganta.

Eu peço para justificar ao Secretário de Assuntos de Coordenação Institucional, para o Willemann, e ao Plenário.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de abordar aquele aspecto. Acho que, se eu estivesse no lugar de V.Exa., eu faria. Se se mantiver o mesmo nível de recursos devolvidos ao Poder Executivo... Acho que a grande dificuldade de se formalizar a parte orçamentária é quando tem que trazer dinheiro novo. Quando o dinheiro já existe, acho que não há dificuldade. Acho que, dada a consagração de V.Exa. junto aos quase 17 mil policiais militares, se fosse... O Governador provavelmente aprovaria, V.Exa. poderia tirar os 35 milhões – se V.Exa. vai devolver 80 – para pagar a antecipação dessas gratificações, e o restante para a área de saúde.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	31

Outro aspecto que eu gostaria de comentar é se vai haver condições de se votar o Projeto de Lei nº 1.071, que está na pauta, e o Projeto de Lei nº 1.087, que trata de pessoal. Para votarmos o Projeto de Lei nº 1.087, teríamos que suspender a sessão para uma reunião da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças para aprová-lo, por ser pagamento de pessoal. Deveríamos ter uma avaliação de V.Exa., do Líder de Governo, para saber se, mesmo com essa interrupção, haveria possibilidade de incluí-lo na pauta de votação em plenário hoje ou se deixaríamos isso para depois.

Como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, eu gostaria que me fosse respondida essa questão para saber se interromperíamos a sessão por alguns minutos para que pudéssemos votar o Projeto de Lei nº 1.087 e incluí-lo conjuntamente com o Projeto de Lei nº 1.071, que já foi votado na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e está pronto para ser votado em plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Agaciél Maia, Deputado Wasny de Roure e Deputado Dr. Michel, que levantaram questionamentos, atendendo a questão do Deputado Wasny de Roure, Líder do Governo, acato a solicitação de V.Exa. e incluo na Ordem do Dia os quatro itens extrapautas que V.Exa. solicitou. Só há uma questão: o Projeto de Lei nº 1.071 já foi aprovado na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças; tenho o Projeto de Lei nº 1.087 em mãos, e, na última página, consta “Câmara Legislativa do Distrito Federal, Comissão de Economia, Orçamento e Finanças” e a folha votação do dia 29/08/2012, pela qual o projeto já foi aprovado na comissão.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Quero propor aqui o seguinte: há quatro itens a serem apreciados na tarde de hoje. Nós fizemos um exaustivo debate aqui nos Comunicados de Líderes; se os Parlamentares abrirem mão da fala nos Comunicados de Parlamentares, nós entraremos diretamente na Ordem do Dia para votação desses projetos extrapauta. Nós temos *quorum* para votação, que é num processo bem rápido. Se V.Exa. concordar, Deputado Agaciél Maia, em proferir parecer no plenário, fazemos diretamente a votação de todos os projetos que estão encaminhados aqui, o que dá celeridade para que possamos encerrar hoje o mais rápido possível.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas como sugestão, é possível, em casos como este – há previsão regimental –, que o Plenário se transforme em comissão geral. Então, a própria Comissão de Economia, Orçamento e Finanças dá o parecer em plenário, na comissão geral, sem necessidade de qualquer suspensão da sessão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	32

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Concordo com a sugestão da Presidência e esclareço que será especificamente para este caso, mesmo porque, da comissão, estamos aqui eu, o Deputado Cláudio Abrantes e o Deputado Wasny de Roure, e já foi acordado que, em se tratando de matéria financeira, não votaríamos diretamente em plenário. Mas, em se tratando de pagamento de pessoal, de servidor, em caráter excepcional e só por hoje, Sr. Presidente, eu concordo com a sugestão de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Ok. É porque o Líder do Governo me havia solicitado isso. Por isso perguntei a V.Exa. para ver se podemos fazer a votação, já que é, conforme a compreensão de V.Exa., projeto de pagamento de servidor, para anteciparmos isso. Do contrário, seguiremos sempre a rotina de votação nas comissões e depois a votação em plenário.

Nesse momento, encerro os Comunicados de Líderes e...

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, eu gostaria de falar nos Comunicados de Líderes, pode ser?

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Eu já os encerrei, mas V.Exa. pode fazer uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares; é o mesmo tempo, não tem nenhum problema.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há oito anos nós aguardamos esse gesto importante do Poder Executivo, e todos aguardamos porque é coletivo o projeto: a votação do projeto pioneiro no Brasil de regras para concurso público. Eu queria fazer um apelo para que nós hoje possamos começar uma nova ordem para todos aqueles que querem um lugar ao sol sem precisar de apadrinhamento político.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Chico Leite, nós votamos o primeiro turno no dia de ontem; hoje pela manhã, a Comissão de Assuntos Sociais, em Brazlândia, votou o projeto para votação em segundo turno na tarde de hoje. Então, mantendo-se o *quorum*, faremos a votação sem nenhum tipo de problema.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	33

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. zerasse o meu cronômetro para não haver cortes... Sr. Presidente, o que me traz à tribuna esta tarde é que quero falar sobre dois assuntos. Primeiro, quero falar sobre a quebra do sigilo bancário do Governador Agnelo. Estou muito cautelosa, Sr. Presidente. Tenho ouvido com muita atenção, mas não posso deixar, nesta tarde, de registrar algumas coisas que realmente me deixam surpresa. Primeiro, Sr. Presidente, quero fazer uma retrospectiva aqui, porque, em alguns momentos – não sei se aí é a assessoria que fala ou se é o Governador que fala –, há um desencontro de informações, que faz parecer que uma inverdade está sendo passada para a população. Nós temos dois momentos que estão sendo debatidos que eu acho que precisam ser lembrados.

Há pessoas que acusam o Governador que nunca foram do nosso relacionamento. Eu não sei quem é João Dias, eu não conheço Daniel. Daniel, quando me procurou na comissão, queria fazer uma denúncia. Inclusive, Deputado Chico Leite, ele buscou novamente a comissão. Só que eu não aceito mais ser usada para leilão, para nenhum estelionatário tirar dinheiro de quem quer que seja. Então, eu mandei que ele fosse à Polícia Federal: “Daniel, você tem outra denúncia para fazer? Você está sendo perseguido? Você está com medo de morrer? Você não vem mais ao meu gabinete, não, meu amigo, porque, na última vez que você veio, você saiu aí leiloando, e alguém pagou. Agora você me busca porque está com medo de morrer?”

Então, eu quero deixar bem claro esse posicionamento, mas o que me causa estranheza, Deputado Chico Leite, são esses depósitos que aparecem para o João Dias na conta do Governador Agnelo. Até porque, quando o ministro caiu, quando pressionado sobre o relacionamento dele com o próprio João Dias, o Governador, naquele momento, falou que ele era uma pessoa quase desconhecida, um militante que ele conheceu em campanha. Deputado Chico Leite, com toda franqueza, eu sou Deputada, eu até posso comprar alguma coisa, mas não de um militante que eu mal conheço, que eu nem sei quem é.

Então, eu acho que, se há algumas verdades que precisam ser ditas, elas têm que ser ditas agora. Se esse relacionamento foi com alguém além de um simples militante... Porque a verdade começa a aparecer. Então, não foi só algo passado, houve um relacionamento, que talvez fosse de afinidade. E qual é o problema nisso? Nós nos relacionamos. Você não sabe se a pessoa é bandida ou se não é. Agora, o que não dá é falar que não tem nada e, de repente, começar a aparecer. “Não, não tem nada”. O próprio Daniel, o Governador chegou a falar que não conhecia. Depois até agiotava dinheiro para ele. Eu quero saber se ele era agiota, ou se ele comprava e vendia veículos. Há depoimentos sobre outros veículos que apareceram. Há algumas coisas que eu quero trazer para reflexão aqui: os médicos serem surpreendidos com depósito – fizeram doação para campanha –, e esse recurso ir parar na conta do Governador não é algo muito natural. Eu acho que o porta-voz



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	34

pode até falar: “Olha, isso é natural”. Eu não sei, eu já participei de dois partidos, Deputada Liliane Roriz, e, nesses partidos, se isso acontecesse, eu até pediria desfiliação, porque, se você faz uma contribuição partidária, ela tem que ir para o partido, ela não pode ir para a conta de ninguém. Eu acho que isso é algo grave, sim. Mas eu não quero entrar nesse debate, porque eu acho que essa quebra ainda vai gerar outros desdobramentos. É importante que a verdade seja restabelecida, para que a população não fique toda hora sendo surpreendida por novas versões, novos fatos e novas verdades: é carro para lá, é dinheiro para cá, é conta para lá, que mostram, sim, que existiam alguns relacionamentos além do político-partidário.

Eu queria falar também, Deputada Liliane Roriz, nesta tarde, que a nossa Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, hoje, fez uma vistoria no trajeto da Rodoviária do Plano Piloto ao sistema prisional. Eu quero explicar o porquê dessa vistoria. A nossa Comissão de Direitos Humanos tem muitas demandas e denúncias. Deputada Arlete Sampaio, nós estávamos com várias reclamações de mães idosas com crianças que pegavam os ônibus desse trajeto. Sabemos que o sistema de transporte é um caos para qualquer usuário, mas, Deputada, se V.Exa. for lá, como nós fomos hoje às 5h da manhã, vai ver que essa fila é composta prioritariamente de idosas, mulheres grávidas e crianças. Hoje, na situação prisional, quando o rapaz vai preso, é a família que fica do lado de fora. Nós não estamos brigando por um transporte de qualidade só para a família do preso, não, e, sim, para toda a população do Distrito Federal. Só que a nossa comissão tem que ter esse foco. Até porque, Deputado Wasny de Roure, na semana passada, no presídio, uma mulher quebrou as pernas. Nós vamos atuar nessa fiscalização.

O ônibus previsto para chegar às 6h, Deputado, chegou lá às 6h30, o que causa uma confusão na fila, porque eles vão para a PDF – Penitenciária do Distrito Federal. Então, é gente empurrando senhora e criança, é criança sendo amassada, é algo realmente... A criança, que não é apenas, paga a pena do pai que está preso, desde criança, entendeu? Então, ela começa a conviver com a falta de dignidade desde quando ela é criança. Temos que fazer esse debate com a sociedade muito francamente, porque a família do preso não pode ser apenas, e é isso que acontece hoje. As pessoas falam: “Ah, mas não tem transporte para ninguém”. Mas temos que ter um olhar para essa família, porque ela já está pagando um preço. E o pior de tudo não é isso, Deputado Wasny de Roure. Ela chega às 4h na rodoviária, quando começa a se formar a primeira fila. O embarque começa às 6h. Elas vão para a PDF para uma segunda fila, em que são distribuídas as senhas. Uma mulher falou esta frase para mim hoje: “Deputada, a senhora já viu dar lavagem para porco?” Eu olhei para ela, e ela falou isto: “É assim que eu me sinto quando distribuem a senha, porque as pessoas começam a bater na gente, e as mulheres que são mais novas do que eu conseguem pegar, furam a fila e pegam”. Não é possível que nós não possamos criar um planejamento para dar dignidade na entrega dessa senha.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	35

Ontem eu liguei para o Secretário e falei: "Secretário, há um desafio nosso". Porque fila sempre vai haver. Seria demagogia minha, Deputado Dr. Michel, se eu viesse aqui e falasse que, num sistema que recebe, como o PDF I e II, 4 mil pessoas, não há fila. Seria mentira! Vai haver fila sempre. O nosso questionamento é para diminuir o tempo da fila.

Deputado Wasny de Roure, entendemos que há condições de se resolver isso. A digitalização, Deputado Agaciel Maia, que é um instrumento simples, de digital, resolveria muita coisa. A pessoa está cadastrada? Tem digital? Não tem que ver cara e crachá, cara e crachá, pegar documento de novo, ver de novo, cadastrar de novo. É algo que realmente precisava acontecer no sistema.

Nós temos hoje um déficit de agentes penitenciários, Deputado Dr. Michel – V.Exa. conhece os técnicos penitenciários. Para V.Exa. ter noção, no domingo – hoje os agentes vieram nos procurar –, para cuidar do pátio inteiro, nós tínhamos dezesseis agentes para cuidar de quase 4 mil presos! Deputada Liliane Roriz, dezesseis agentes estavam escalados! Então, é difícil criarmos condição para tudo isso. São algumas fragilidades.

Deputado Dr. Michel, está faltando câmara no sistema prisional. E houve um compromisso, assim que houve a fuga, de instalação das câmeras. Não é algo milionário, não vai quebrar o Estado, mas vai resolver um problema de segurança e um problema das próprias internas, que também querem.

O banheiro é um lixo para as visitantes. Todas as descargas estão estragadas. Recebendo quase 4 mil mulheres, cinco banheiros com descarga estragada! Eu não preciso falar como é que ficou o estado dos banheiros.

São esses questionamentos que a comissão faz, pois não é coisa milionária, não! Para resolver o problema do sistema, não vai ser a Deputada Celina Leão, não! Vai ser a Presidenta da República, Dilma, que vai resolver, mas acho que podemos diminuir a tempo da fila. É esse o nosso entendimento.

No nosso trabalho, eu me comprometi, coloquei emendas parlamentares para execução e quero novamente colocar, porque não quero ser uma Parlamentar que só faz palanque e não investe. Então, eu estou à disposição para colocar recurso para por câmara, para colocar recurso para por escâner, para colocar recurso para por digital no sistema prisional, para diminuir – acabar com a fila seria demagogia minha – o tempo de espera.

Só para V.Exa. ter noção, Deputado Agaciel Maia, a mulher chega às 4h na rodoviária. V.Exa. sabe que horas ela entra no sistema? Às 11h30, 12h. E ela tem que sair do sistema às 15h. Ou seja, o tempo que ela passa na fila é maior do que o tempo que ela passa com o detento que ela foi visitar.

Então, eu gostaria de trazer essa visão para vocês.

Muito obrigada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	36

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Dou por encerrados os Comunicados de Parlamentares.

Consulto aos Líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos itens nºs 1 a 47, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e votar as demais proposições da pauta e itens extrapauta incluídos nela. Há consenso dos Líderes?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, nos termos da negociação do Colégio de Líderes, entendo que a matéria foi tratada. Acho que há acordo de encaminhamento para a votação desses projetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – *Ok*, Deputado Wasny de Roure. Há acordo por parte dos Líderes.

Item nº 48:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 2012, da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que “aprova as contas do Governo do Distrito Federal relativas ao exercício de 2005”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	37



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 29/08/2012

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 29/08/2012

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
 PARECER ÀS EMENDAS : AP. NºS _____ EMENDAS REJ. NºS _____
 CCJ CEOF CAS CDDH CEDP CAF CDC CES CSEG CDESCTMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) 136/12
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO _____

Autor: Deputado(a): CEOF Executivo

Relator: Deputado(a):

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X				
	ARLETE SAMPAIO	PT			X		
	AYLTON GOMES	PR	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X	
	CELINA LEÃO	PSD	X				
	CHICO LEITE	PT			X		
	CHICO VIGILANTE	PT			X		
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DR. MICHEL	PEN	X				
	ELIANA PEDROSA	PSD				X	
	EVANDRO GARLA	PRB				X	
	JOE VALLE	PSB				X	
	LILIANE RORIZ	PSD	X				
	LUZIA DE PAULA	PEN				X	
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB				X	
	PAULO RORIZ	DEM				X	
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN				X	
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X	
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	X				
	WASNY DE ROURE	PT			X		
	WELLINGTON LUIZ	PPL				X	
	PATRÍCIO	PT	X				
	TOTAL		10		04	10	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. CLAUDIO ABRANTES

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº 1

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	38

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 10 votos favoráveis e 4 abstenções. Houve 10 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 2012, da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que “aprova as contas do Governo do Distrito Federal relativas ao exercício de 2005”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 243, de 2011, de autoria do Deputado Dr. Michel, que “proíbe a criação de cadastro reserva nos concursos públicos realizados no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 491, de 2011, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados em concurso público e dá outras providências”, e Projeto de Lei nº 964, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece normas gerais para a realização de concurso público pela Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal”.

Foi aprovado o parecer na Comissão de Assuntos Sociais, na reunião ordinária de hoje. Ratifico a votação do projeto em primeiro turno, na Sessão Ordinária de 28 de agosto, com 13 votos favoráveis, e coloco o projeto em discussão em segundo turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	39

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 243, de 2011, de autoria do Deputado Dr. Michel, que “proíbe a criação de cadastro reserva nos concursos públicos realizados no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 491, de 2011, que “dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados em concurso público e dá outras providências”, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, e em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 964, de 2012, que “estabelece normas gerais para a realização de concurso público pela Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero agradecer aos colegas esse empenho de números. É preciso lembrar, hoje, o Deputado Federal Paulo Tadeu, o ex-Deputado Peniel Pacheco; é preciso lembrar o Deputado Reguffe; é preciso lembrar a luta da Deputada Eliana Pedrosa, quando Líder do Governo nesta Casa, em que foram aprovados aqueles dois projetos de 2005; é preciso lembrar o apoio, nesta Legislatura, do Deputado Dr. Michel; é preciso lembrar o apoio de todos aqueles e aquelas – não quero cometer nenhuma injustiça –, muito especialmente do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	40

Deputado Prof. Israel Batista, toda essa luta intensa em favor da fixação de regras para concurso público que começamos ainda em 2004.

Ganham, com isso, a Casa Legislativa, que, mais uma vez, é pioneira, e o Governo do Distrito Federal, pela coragem e pela sensibilidade do Governador Agnelo Queiroz. Mas, muito mais, ganham com isso aqueles que lutam por um lugar ao sol, sem precisar de apadrinhamentos políticos e favores, porque o cidadão quer direito, não favor, e a população, que terá serviços prestados por quem tem compromisso.

Estimamos que as demais unidades da Federação e o Poder Federal sigam o nosso exemplo, Sr. Presidente. Parabéns a V.Exa. e também, muito especialmente, à Mesa Diretora, que pôs em debate esse tema.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Chico Leite.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Como V.Exa. já disse, Sr. Presidente, fiz questão hoje de inserir um item na pauta da reunião da Comissão de Assuntos Sociais que aconteceu em Brazlândia, lembrando que isso teve uma importância muito grande, porque fixar regras e garantir igualdade a todos os candidatos é fundamental. Houve várias emendas. Acho que isso foi uma construção de um grupo de Deputados que querem uma mudança.

Fiz questão de fazer essa declaração de voto porque vários que aqui estão não contribuíram com isso – está aqui a Deputada Celina Leão, que sempre defendeu isso; a Deputada Eliana Pedrosa, enfim, todos nós, Deputado Chico Leite. Acho que é uma bandeira da cidade, uma bandeira de quem quer mudanças.

Era isso o que eu queria dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Liliane Roriz.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista, para declaração de voto.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PEN. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero agradecer imensamente à Mesa da Câmara, que colocou o projeto em votação. Desde o semestre passado que havia um acordo, e o cumprimento disso foi muito importante.

Quero ressaltar aqui a luta do Deputado Chico Leite em prol desse projeto. Uma luta que vem de muito tempo e que tomou conta desta Casa, que colocou outros Deputados nessa discussão. Desde os tempos ainda da sala de aula que essa é uma luta dos concurseiros, e eu tenho travado essa batalha. O Deputado Chico Leite foi fundamental para isso.

Quero dizer que esta Casa aprova uma lei moderna, que vai servir de exemplo para o Brasil, que vai estabelecer regras como o prazo entre o edital e a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	41

realização da prova, de 90 dias; vai estabelecer também o fim do famigerado cadastro reserva; vai estabelecer que o concursando poderá fazer a prova o mais perto possível de sua casa; que o ato administrativo de chamada do concurso deverá ser publicado imediatamente no Diário Oficial, para que todos os concursandos saibam, de antemão, que o Estado tem a expectativa de realizar o concurso, e outras vitórias não menos importantes.

Então, parabéns! Parabéns ao Governador Agnelo, que enviou essa lei a esta Casa. Ela, agora, com certeza, vai ser copiada pelo Governo Federal, porque a nossa cidade nasceu para exemplo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Prof. Israel Batista.

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 808, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o sistema de correção do Distrito Federal – SICOR/DF”.

O projeto teve a tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Deputado Chico Leite, solicito a V.Exa. que permaneça no plenário até o final da votação dos projetos, já que o projeto dos concursos, que é do interesse de V.Exa., foi votado por todos os Parlamentares. Então, que V.Exa. fique até o término da sessão. Não fique perto da porta para ir saindo de fininho.

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.071, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$86.638.541,00 (oitenta e seis milhões, seiscentos e trinta e oito mil, quinhentos e quarenta e um reais)”.

O projeto teve a tramitação concluída. Foram apresentadas cinco emendas.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as Emendas de Plenário de nº 1 a nº 5.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	42

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as Emendas de Plenário de nºs 1 a 5 ao Projeto de Lei nº 1.071, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$86.638.541,00 (oitenta e seis milhões, seiscentos e trinta e oito mil, quinhentos e quarenta e um reais)”.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, o projeto de lei em epígrafe retorna a esta comissão para análise das cinco emendas de plenário. No voto do Relator, nos termos do art. 64, inciso II, alínea *b*, do Regimento Interno da Casa, compete à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira das proposições apresentadas e emitir parecer acerca de créditos adicionais.

Foram apresentadas cinco emendas de plenário. Todas as emendas são remanejamento de emendas dos próprios autores. As emendas são as seguintes:

Deputado Patrício – promoção de eventos culturais, R\$100.000,00 (cem mil reais); Deputado Cláudio Abrantes – apoio a eventos culturais, R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais); Deputado Cláudio Abrantes – reforma de prédios impróprios em Sobradinho e apoio a realização e fomento de eventos, R\$230.000,00 (duzentos e trinta mil reais); Deputado Cristiano Araújo – campo sintético na Ceilândia, R\$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais); Deputado Cristiano Araújo – diversas ações culturais, R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Esclareço que se tratam apenas de remanejamento de emendas dos próprios Deputados. Dessa forma, somos pela admissibilidade e aprovação das emendas de plenário ao Projeto de Lei nº 1.071, de 2012.

É o nosso parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.071, de 2012.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	43

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.087, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$178.776.197,00 (cento e setenta e oito milhões, setecentos e setenta e seis mil, cento e noventa e sete reais)”.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	44



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PARECER Nº /2012

DA COMISSÃO DE ECONOMIA,
ORÇAMENTO E FINANÇAS (CEOF),
SOBRE O PROJETO DE LEI Nº
1087/2012 QUE "ABRE CRÉDITO
SUPLEMENTAR À LEI
ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO
DISTRITO FEDERAL, NO VALOR DE
R\$ 178.776.197,00 (CENTO E
SETENTA E OITO MILHÕES,
SETECENTOS E SETENTA E SEIS MIL,
CENTO E NOVENTA E SETE REAIS)".

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado

I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – CEOF o Projeto de Lei nº 1087/12 que "ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO DISTRITO FEDERAL, NO VALOR DE R\$ 178.776.197,00 (CENTO E SETENTA E OITO MILHÕES, SETECENTOS E SETENTA E SEIS MIL, CENTO E NOVENTA E SETE REAIS)".

O Projeto de Lei nº 1087/12 tem como objetivo suplementar recursos de Pessoal e Encargos Sociais nas seguintes unidades orçamentárias:

- Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – R\$ 1.776.197,00 (um milhão, setecentos e setenta e seis mil, cento e noventa e sete reais) atender mandado de sequestro de ação trabalhista (processo judicial nº 00941-1989-010-10-00-8 – 10ª Vara de Trabalho de Brasília);
- Instituto de Previdência dos Servidores do DF – R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões) para atender despesas com pagamento de inativos e pensionistas;
- Fundo de Saúde do DF – R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais) para atender despesas com pagamento de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde.

De acordo com o art. 2º da proposição, os recursos necessários ao atendimento do crédito suplementar decorrerão da anulação parcial de dotações e superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de exercício anterior, conforme autorização dada pela Lei nº 4.320, §1º, I e III.

Seguem as cláusulas de vigência e revogação.

Comissão de Economia, Orçamento e Finanças
PL Nº 1087/2012
Fls. 30 Rubrica



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	45



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Acompanha o PL os Anexos de suplementação, resumo do PL, Exposição de Motivos e documentação relacionada às fontes financiamento do crédito. É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A análise do presente crédito adicional será feita em duas partes, quais sejam:

- 1) Verificação da adequação do PL às normas legais;
- 2) Análise dos recursos necessários ao atendimento do crédito.

II.1 - ADEQUAÇÃO DO PL 1087/2012 ÀS NORMAS LEGAIS

A tabela 01 mostra a adequação do projeto em exame frente às normas legais que disciplinam os créditos adicionais, quais sejam: a Constituição Federal de 1988 – CF/88; a Lei nº 4.320/1964; a Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF; a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101/2000); Plano Plurianual (Lei nº 4.742/11); Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2012 (Lei nº 4.614/2011); e a Lei Orçamentária Anual – LOA/2012 (Lei nº 4.744/2011).

Tabela 02- Verificação da adequação do PL nº. 1087/2012 à legislação

ESPECIFICAÇÃO	FUNDAMENTO	VERIFICAÇÃO
A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.	Art. 43, da Lei nº 4.320/1964.	O PL nº. 1087/12 demonstrou a existência de recursos disponíveis e foi acompanhado de exposição justificativa.
Consideram-se recursos, desde que não comprometidos: I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; II - os provenientes de excesso de arrecadação; III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.	Art. 43, § 1º, da Lei nº 4.320/1964.	O PL nº. 1087/12 utiliza como recursos o resultante anulação parcial de dotações e superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial.
O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.	Art. 46, da Lei nº 4.320/1964.	O PL nº. 1087/12 traz essas informações.
A Lei Orçamentária, e, conseqüentemente, os projetos de lei que a alterem, deverão manter compatibilidade com o PPA e com a LDO.	Art. 149, § 4º, da LODF.	Verifica-se que os programas e as ações suplementadas encontram-se presentes no Plano Plurianual - PPA

Comissão de Economia, Orçamento e Finanças
PL nº 1087/2012
Fis. 31 Rubrica
2



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	46



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ESPECIFICAÇÃO	FUNDAMENTO	VERIFICAÇÃO
		2012/2015, Lei nº 4.742/11.
É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	Art. 151, V, da LODF. Art. 167, V, da CF/88.	O PL nº. 1087/12 foi encaminhado a fim de receber autorização legislativa, e apresentou os recursos necessários ao atendimento do crédito.
As proposições de créditos adicionais que envolvam anulação de dotações de pessoal e encargos sociais somente poderão ser apresentados à Câmara Legislativa no último trimestre do exercício financeiro relativo à lei orçamentária.	Art. 152, parágrafo único, da LODF.	O PL nº 1087 não envolve diretamente diminuição da despesa de pessoal.
O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na Lei Orçamentária e nas de crédito adicional.	Art. 5º, § 2º, da LRF.	O PL nº. 1087/12 não envolve refinanciamento da dívida pública.
A alocação e a aplicação de receita de capital derivada de alienações de bens e direitos que integram o patrimônio público para financiamento de despesa corrente.	Art. 44, LRF.	O PL nº. 1087/12 não utiliza recursos oriundos de alienação de bens e direitos.
A lei orçamentária anual e seus créditos adicionais somente incluirão projetos e subtítulos de projetos novos se: I – contempladas as prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei; II – observado o limite de que trata o § 1º do art. 2º desta Lei; III – contemplados os projetos e subtítulos em andamento; IV – contempladas as despesas de conservação do patrimônio público; V – contempladas as despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal; VI – contempladas as despesas com a criança e o adolescente; VII – os recursos orçados forem suficientes para viabilizar a conclusão de uma etapa ou de uma unidade completa, incluindo as contrapartidas.	Art. 6º, da LDO/2012.	Atendido.
Serão objeto de atividade específica as despesas relacionadas com publicidade e propaganda do Poder Legislativo e dos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta do Poder Executivo, observadas as	Art. 17, da LDO/2012	Atendido.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	47



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ESPECIFICAÇÃO	FUNDAMENTO	VERIFICAÇÃO
disposições do art. 149, § 9º, da Lei Orgânica do Distrito Federal e da Lei distrital nº 3.184, de 29 de agosto de 2003.		
As despesas com publicidade e propaganda serão registradas em subtítulos específicos, segregando-se as dotações destinadas às despesas com publicidade institucional daquelas destinadas à publicidade de utilidade pública.	Art. 14, § 1º da LDO/2012	Atendido.
As despesas com publicidade e propaganda somente poderão ser suplementadas por meio de lei específica.	Art. 17, § 2º da LDO/2012	Atendido.
Serão admitidas emendas ao projeto de lei orçamentária anual ou aos projetos de créditos adicionais que o modifiquem, desde que: I – sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com esta Lei; II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre: a) dotações para pessoal e encargos sociais; b) serviço da dívida; c) precatórios; d) Programa de Integração Social e Contribuição do Fundo de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP; e) despesas relativas à concessão de benefícios a servidores; III – estejam relacionadas: a) com a correção de erros ou omissões; b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.	Art. 31, LDO/2012	Não foram apresentadas emendas ao PL.
Não serão admitidas emendas ao projeto de lei orçamentária anual, bem como aos projetos que modifiquem a lei orçamentária anual, que transfiram: I – dotações cobertas com receitas diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista para atender à programação a ser desenvolvida por outra entidade que não a geradora do recurso; II – recursos provenientes de convênios, operações de crédito, contratos, acordos, ajustes e instrumentos similares vinculados a	Art. 31, Parágrafo Único, LDO/2012.	Não foram apresentadas emendas ao PL.

Comissão de Economia, Orçamento e Finanças
PL Nº 1087/2012
Fls. 33 Rubrica 11 4



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	48



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ESPECIFICAÇÃO	FUNDAMENTO	VERIFICAÇÃO
programações específicas, inclusive aqueles destinados a contrapartida, identificados pelo IDUSO; III – recursos provenientes de concessão de empréstimo e financiamento.		
Fica vedado ao Poder Executivo cancelar dotações orçamentárias e modificar fontes do orçamento do Poder Legislativo, bem como dos subtítulos incluídos na Lei Orçamentária de 2012 pelo Poder Legislativo.	Art. 27, da LDO/2012.	O PL nº. 1087/12 não cancela dotações orçamentárias incluídas pelo Poder Legislativo.
Os projetos de lei de créditos adicionais apresentados à Câmara Legislativa para aprovação e os decretos de créditos suplementares editados pelo Poder Executivo obedecerão à forma e aos detalhamentos estabelecidos na Lei orçamentária Anual ou no Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, respectivamente.	Art. 54, da LDO/2012.	Atendido.
Os projetos de lei de créditos adicionais, bem como suas modificações, serão acompanhados do Quadro de Detalhamento da Execução da Despesa Orçamentária e da justificação das alterações propostas, e apresentados inclusive em meio magnético com formato compatível com banco de dados, editores de textos e planilhas de cálculos.	Art. 54, § 1º, da LDO/2012.	Atendido.
Os créditos adicionais destinados à despesa com pessoal e encargos sociais, a serem submetidos à Câmara Legislativa, deverão ser encaminhados por meio de projeto de lei específico para esta finalidade	Art. 54, § 3º, da LDO/2012	Atendido..

II.2 – ANÁLISE DOS RECURSOS NECESSÁRIOS AO ATENDIMENTO DO CRÉDITO ADICIONAL

De acordo com o PL em exame, a fonte de recurso necessária ao atendimento do crédito decorrerá do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial e anulação parcial de dotações.

II.3) CONCLUSÃO

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara Legislativa do DF (art. 64, II, `b`), compete a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira e emitir parecer sobre créditos adicionais.

Comissão de Economia, Orçamento e Finanças
Pl. Nº 1087/2012
Fls. 34 Rubrica



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	49



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

O Projeto de Lei nº 1087/12 tem como objetivo suplementar recursos de Pessoal e Encargos Sociais nas seguintes unidades orçamentárias:

- Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – R\$ 1.776.197,00 (um milhão, setecentos e setenta e seis mil, cento e noventa e sete reais) atender mandado de sequestro de ação trabalhista (processo judicial nº 00941-1989-010-10-00-8 – 10ª Vara de Trabalho de Brasília);
- Instituto de Previdência dos Servidores do DF – R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões) para atender despesas com pagamento de inativos e pensionistas;
- Fundo de Saúde do DF – R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais) para atender despesas com pagamento de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde.

De acordo com o art. 2º da proposição, os recursos necessários ao atendimento do crédito suplementar decorrerão da anulação parcial de dotações e superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de exercício anterior, conforme autorização dada pela Lei nº 4.320, §1º, I e III.

Face os argumentos expostos, somos pela **admissibilidade e aprovação** do Projeto de Lei nº. 1087/2012, de autoria do Poder Executivo, por estar em consonância com os instrumentos legais anteriormente apresentados.

Deputado

Presidente

Deputado

Relator

DEP WASNY DE ROURE



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	50

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da CEOF.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer foi aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.087, de 2012.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 49:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2012, da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que “aprova as contas do Governo do Distrito Federal relativas ao exercício de 2006”. (PROC. Nº 07/07 – Mens. nº 78/07-GAG/DF).

O projeto teve a tramitação concluída.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para orientar a nossa bancada, somos pela abstenção.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esclareço aos colegas que se trata das contas do ex-governador do ano de 2006.

Em discussão, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	51

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	52



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 29/08/2012

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 29/08/2012

PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO

PARECER ÀS EMENDAS : AP. NºS _____ EMENDAS REJ. NºS _____

CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCTMAT M.DIR. COM.ESP.

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

PROJETO DE LEI Nº(S) _____

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) 135/12

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____

RECURSO Nº (S) _____

REQUERIMENTO Nº (S) _____

OUTROS _____

VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a): CEOF Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X				
	ARLETE SAMPAIO	PT			X		
	AYLTON GOMES	PR	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X	
	CELINA LEÃO	PSD	X				
	CHICO LEITE	PT			X		
	CHICO VIGILANTE	PT			X		
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DR. MICHEL	PEN	X				
	ELIANA PEDROSA	PSD				X	
	EVANDRO GARLA	PRB				X	
	JOE VALLE	PSB				X	
	LILIANE RORIZ	PSD	X				
	LUZIA DE PAULA	PEN				X	
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB				X	
	PAULO RORIZ	DEM				X	
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN			X		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X	
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	X				
	WASNY DE ROURE	PT			X		
	WELLINGTON LUIZ	PPL				X	
	PATRÍCIO	PT	X				
	TOTAL		10		05	09	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. AYLTON GOMES	ASSP/PDL Nº 135/12
CONSOLIDADO POR	FOLHA Nº 02 (2)
ASSINATURA	MAT.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 08 2012	15h45min	72ª Sessão Ordinária	53

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 10 votos favoráveis e 5 abstenções. Houve 9 ausências.

Está aprovado, em turno único, o Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2012.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2012, da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que “aprova as contas do Governo do Distrito Federal relativas ao exercício de 2006”. (PROC. Nº 07/07 – Mens. nº 78/07-GAG/DF)

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Esta Presidência convocará sessão extraordinária para votar em segundo turno os três itens que foram incluídos como extrapauta e votados em primeiro turno. Esses são os únicos itens. Portanto, peço a compreensão e a colaboração dos Parlamentares presentes para votarmos esses itens em segundo turno.

Não vamos votar nenhuma conta mais hoje. Só para mostrar que estamos dando celeridade na votação das contas que já estavam na Ordem do Dia. As que faltavam eram as de 2004, votadas ontem na CEOF, e apreciamos 2004, 2005 e 2006. É o acordo que tínhamos. Daqui para frente, tem de haver reunião das bancadas, orientação, discussão, para que haja votação.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h02min)

Ata lida e aprovada na 74ª Sessão Ordinária, de 4/9/2012.